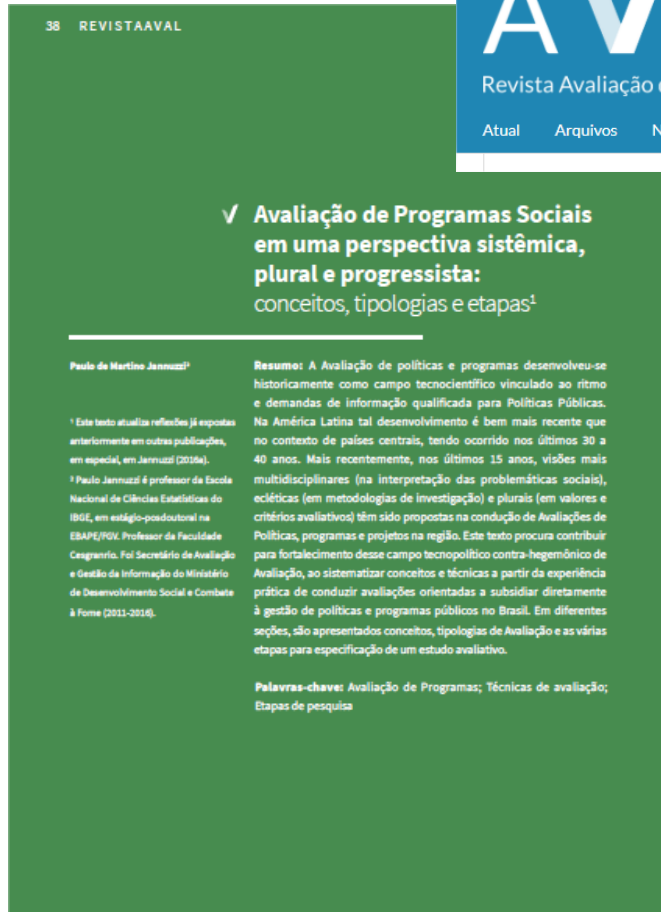


AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA E HUMANISTA

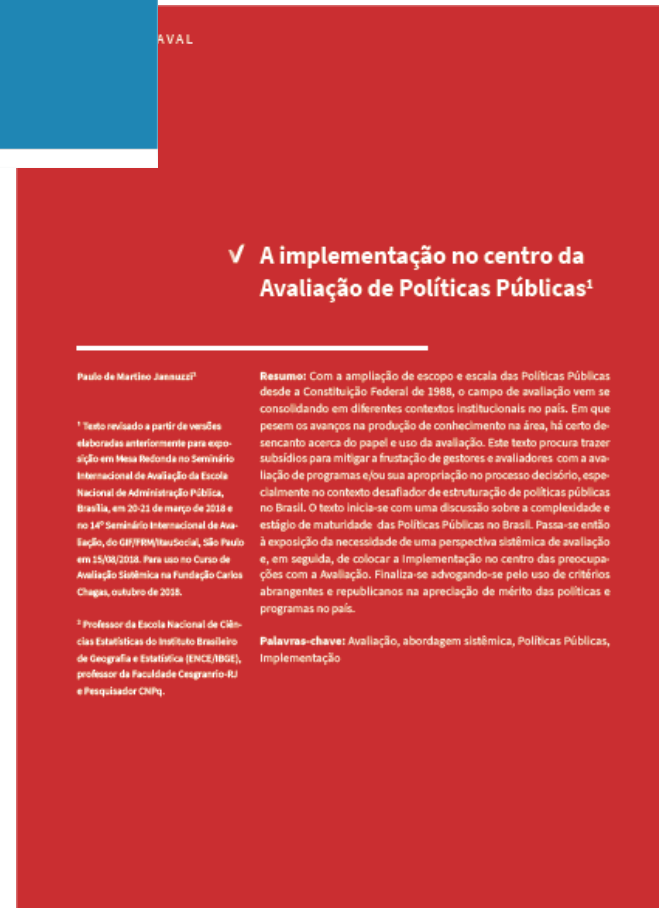


Paulo Jannuzzi
2021

Referências básicas



<http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61649>



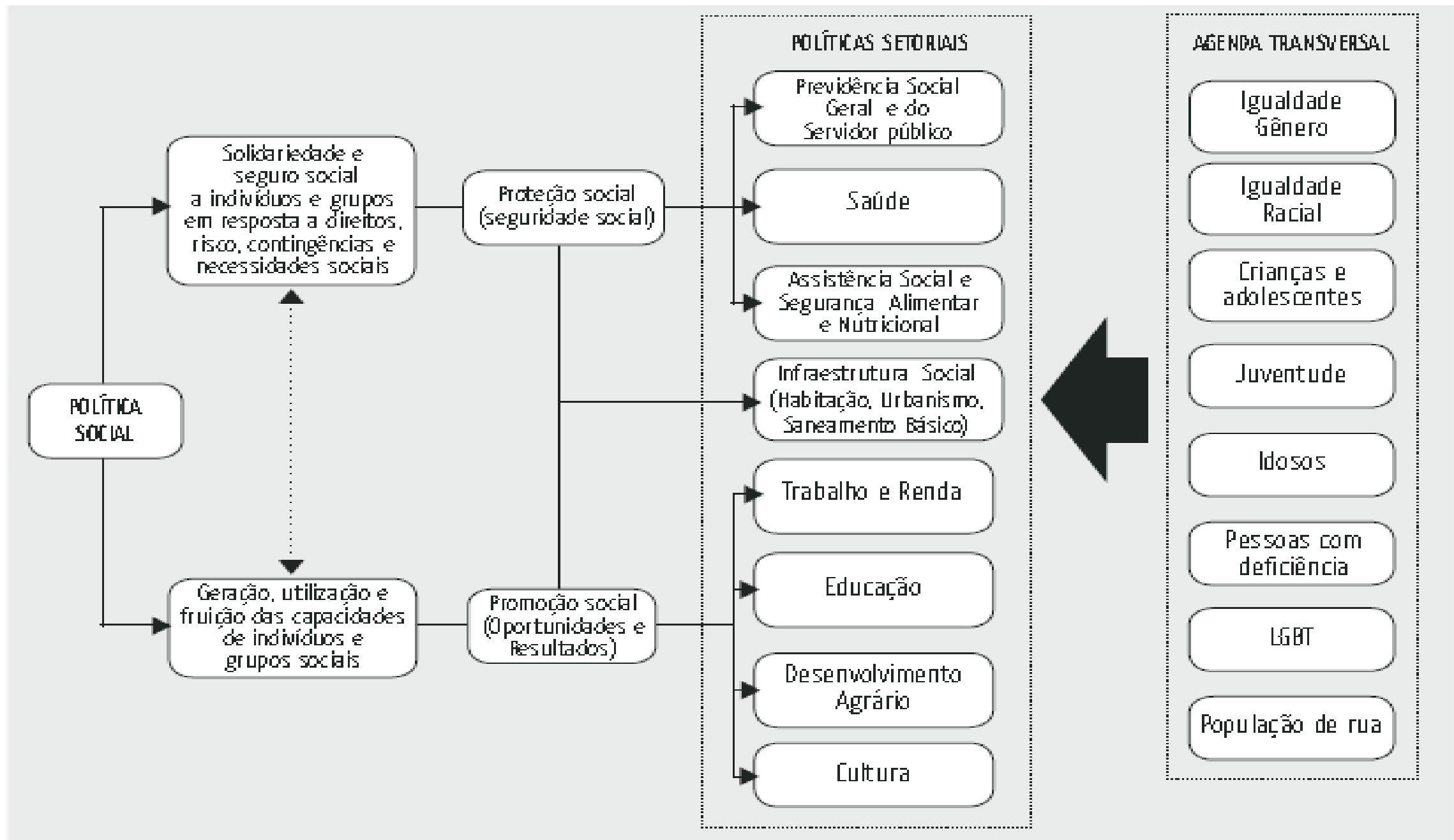
<http://www.periodicos.ufc.br/aval/article/view/42837>



Questões-chave para Avaliação de Políticas Públicas

1. Arquitetura sistêmica e complexidade das Políticas Públicas
2. Políticas e Programas se encontram em Implementação há uma ou duas décadas
3. Decisões sobre Políticas Públicas precisam estar respaldadas em um conjunto plural e diverso de evidências -> Triangulação
4. Avaliações precisam se basear nos valores públicos fundantes de nossa sociedade
5. Avaliações precisam responder aos critérios avaliativos já consensuais no campo

ARQUITETURA DA POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL



AVALIAÇÕES ASSENTADAS EM VALORES PÚBLICOS



Princípios e Valores orientadores da Ação Pública:

Dignidade humana, Justiça Social, Cooperação, Equidade, Moderação, Solidariedade, Sustentabilidade Ambiental, Respeito à diversidade, Transparência

Demandas
públicas

Formulação

Compromissos
internacionais

Sistema de Políticas Públicas



Inovações
Substantivas

Inovações
incrementais

Avaliação Ex post

- Aval Resultados
- Aval Impactos

Avaliação In Itinere

- Aval processos
- Monitoramento

Relevância

Eficácia

Efetividade

Eficiência

Sustentabilidade

CrITÉrios
avaliativos

Pessoal
Técnico

Produtos e
Serviços

Arranjo
Operacional

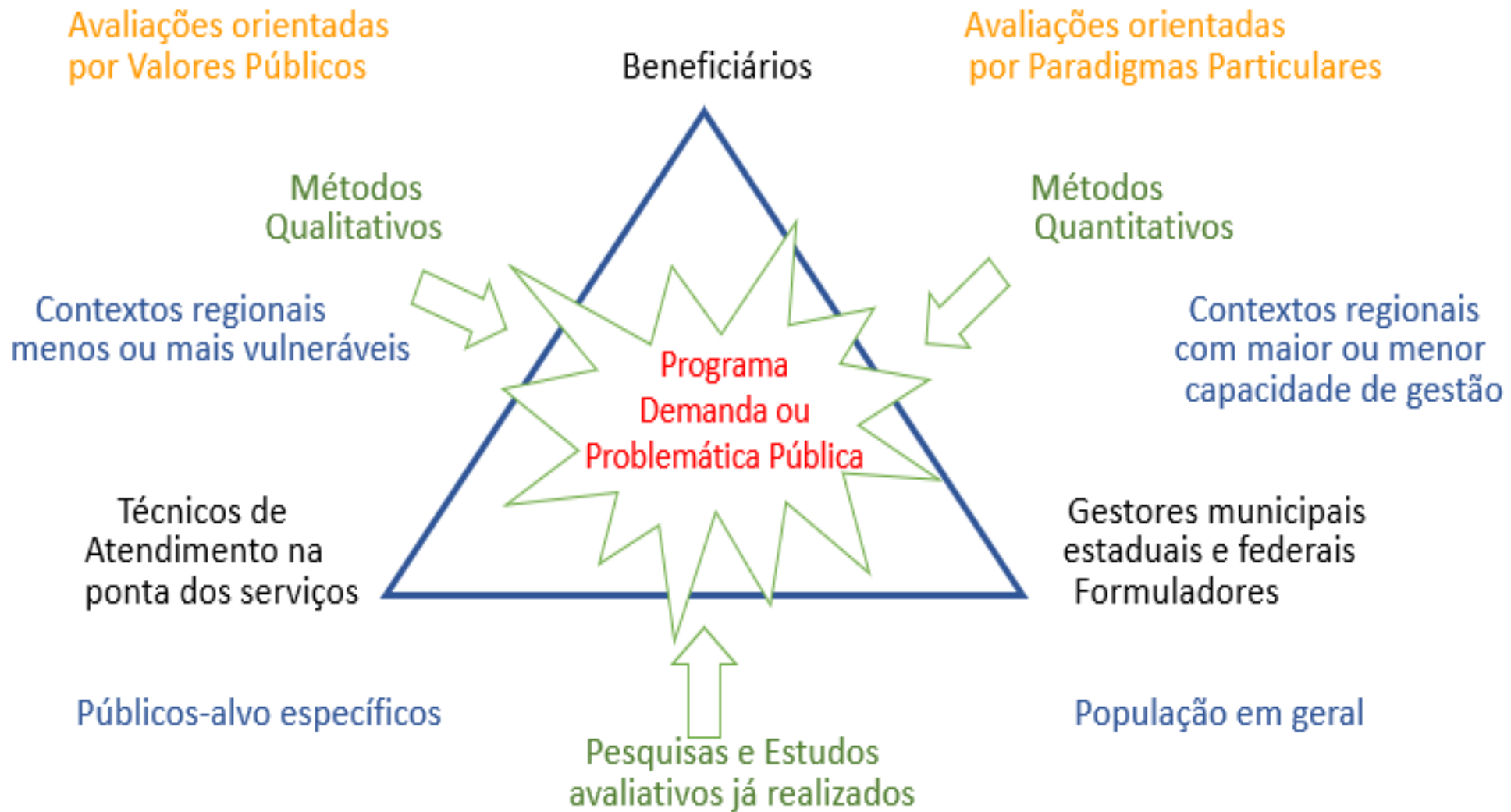
Equipamentos

Recursos
Orçamentários

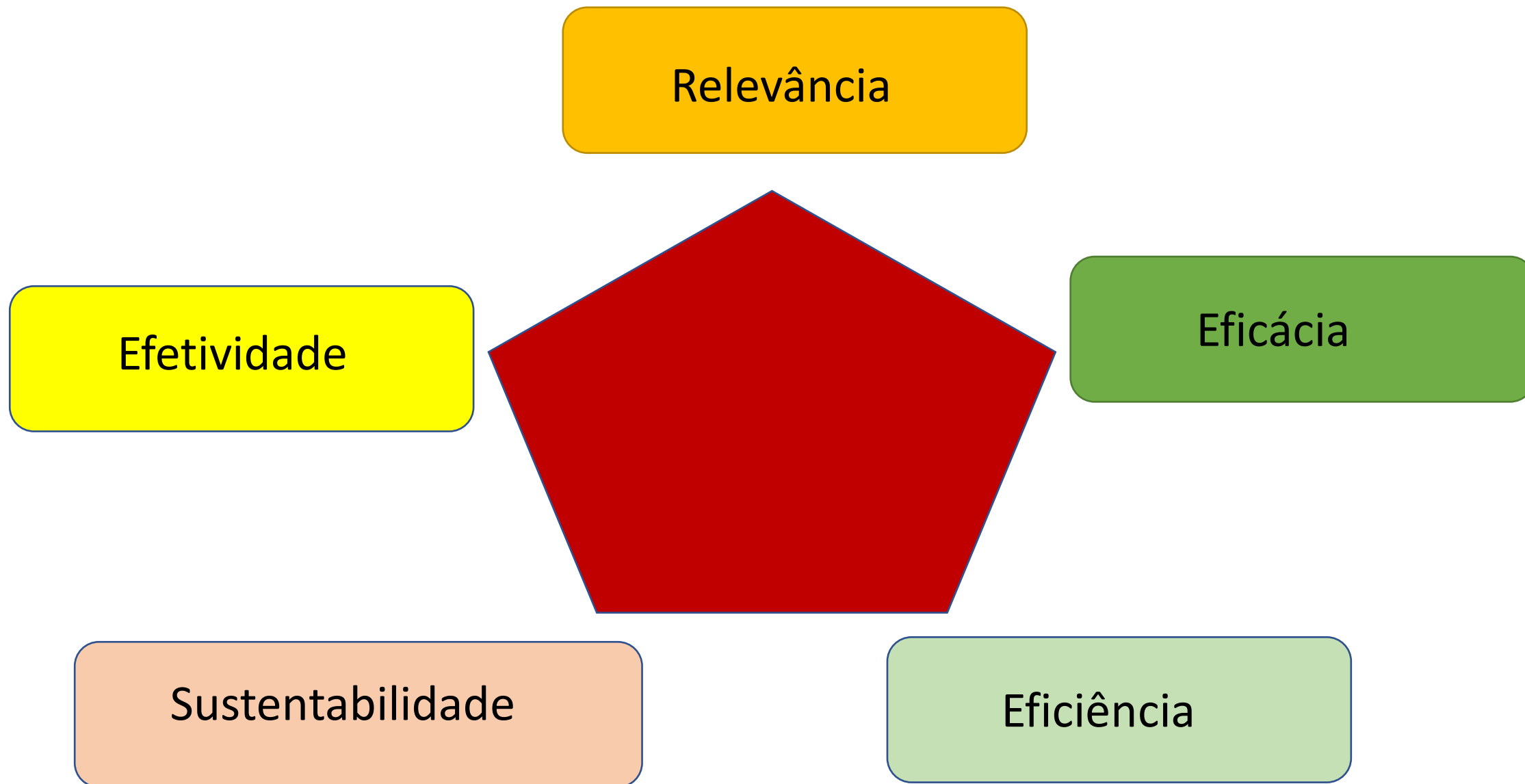
Participação
Social

Nós
Críticos de
Implemen-
tação

TRIANGULAÇÃO COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA



Por que existem Políticas Públicas ?

Políticas Públicas existem para assegurar a vida
em sociedade no Estado Contemporâneo

Políticas Públicas como construção institucional para promoção da justiça e bem-estar em sentido mais amplo

Princípio republicano, humanista ou civilizatório:

Todos temos uma responsabilidade moral com a coletividade e com os demais, independente das pré-condições de nascimento, suas características e potenciais.

Funções do Estado e Políticas Públicas

- Promover bem-estar/felicidade
- Promover justiça
- Promover igualdade
- Promover liberdade
- Promover proteção
- Recursos básicos para sobrevivência
- Condições básicas de saúde
- Oportunidades educacionais e culturais
- Proteção contra opressão física e cultural

BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas são empreendimentos recentes na História, constituídas nos últimos 150 anos, originando o que no Século XX se denominou de Estado de Bem-Estar Social.

Estado liberal (século XVIII-XIX)

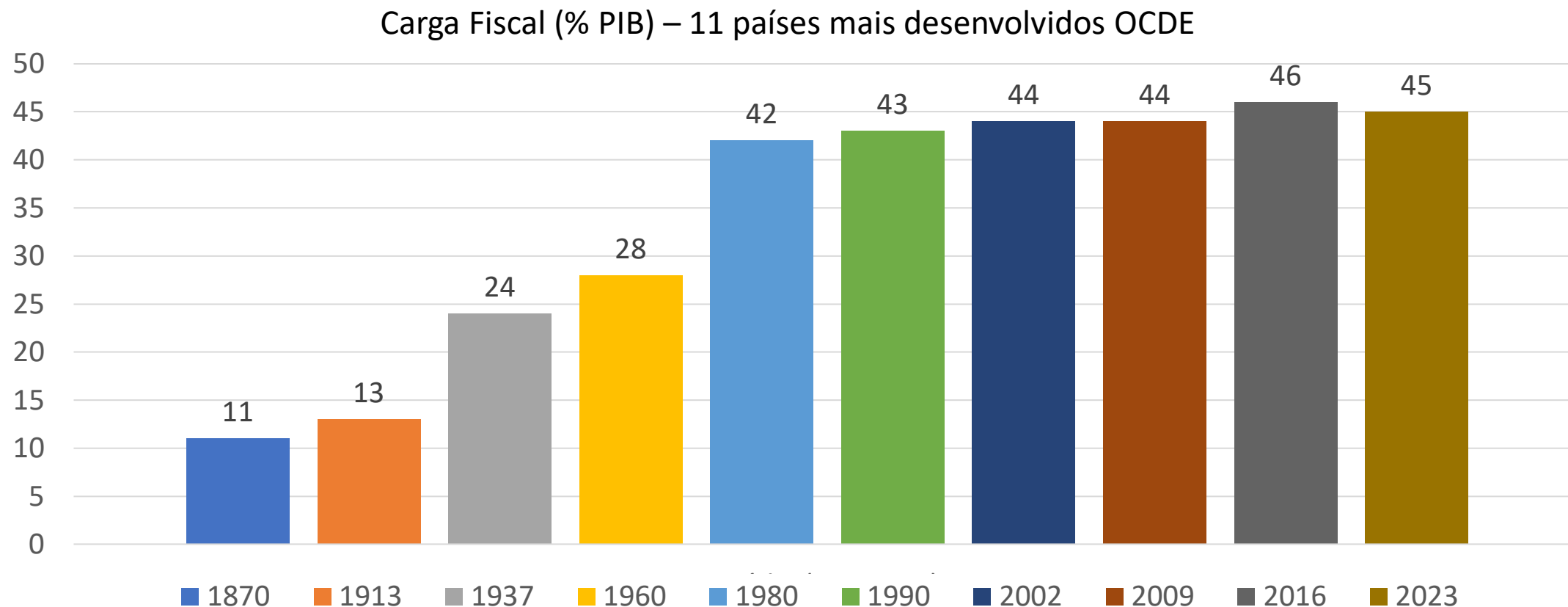
- Política Pública como regulação ou permissão de prestação de atividades empresariais e cidadãos (licenças para construir, para comercializar etc)
- Estado provê segurança jurídica para contratos entre empresas e entre indivíduos e segurança pessoal contra riscos internos e externos e alguma ação em Saúde pública higienista
- Gestão por Burocracia clássica (Weber): garantir impessoalidade, racionalidade, legalidade dos atos e documentos (fluxo dos meios)



Estado Bem Estar (século XX)

- Política Pública como solução para problemas coletivos (exploração do trabalho – sex XIX), demandas coletivas (educação – anos 30) e valores públicos (bem-estar e saúde, pós-guerra)
- Democratização política crescente, urbanização, envelhecimento, expansão capitalista, Guerras mundiais
- Gestão por Tecno-burocracia: garantir programação de recursos e oferta de serviços públicos (produtos e resultados)

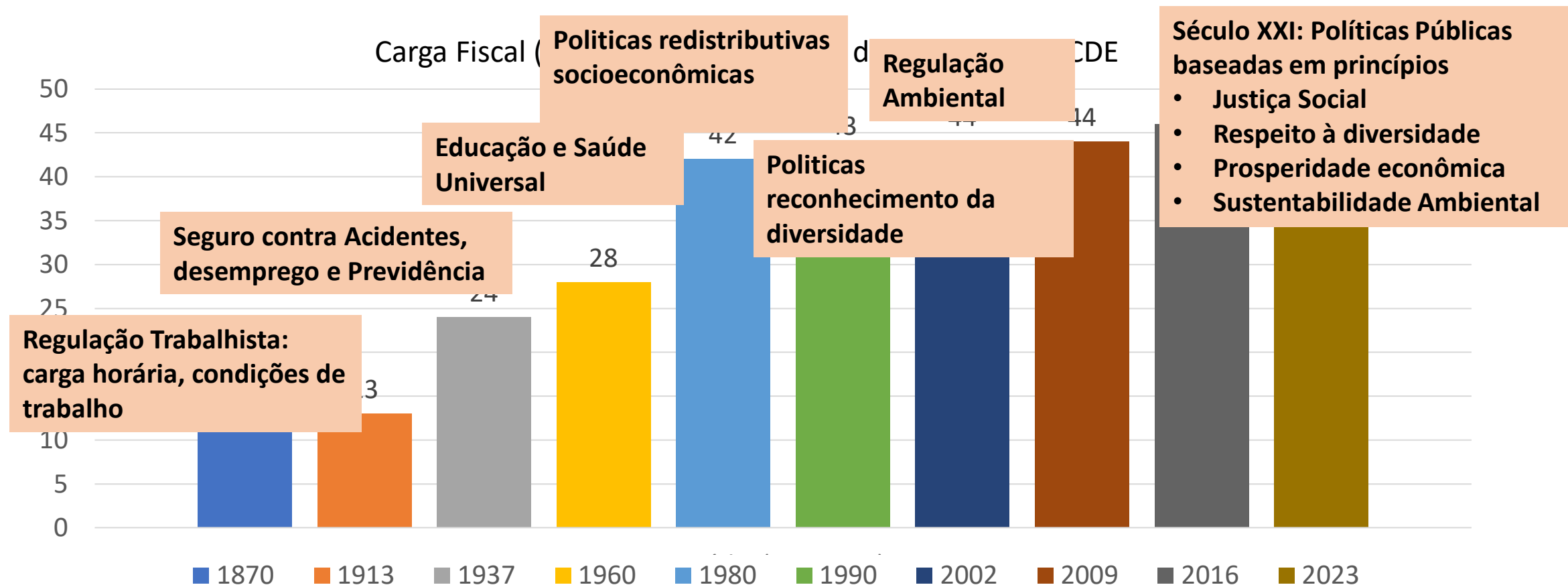
Estado de Bem-Estar é um desiderato civilizatório construído ao longo do século XX como resultado das lutas por participação política, sufrágio eleitoral universal, urbanização, envelhecimento populacional, desenvolvimento econômico, guerras mundiais e busca de solução para demandas coletivas



Fonte: Dados 1870-2002 Vito Tanzi. The Economic Role of the State in the 21st Century. Cato Journal, 2005.

2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A5 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

Políticas Públicas – operacionalizadas por Programas, Planos, Regulação, Renúncia Fiscal – foram gradativamente sendo propostas ao longo dos séculos XIX e XX para atender demandas de diferentes agentes e atores

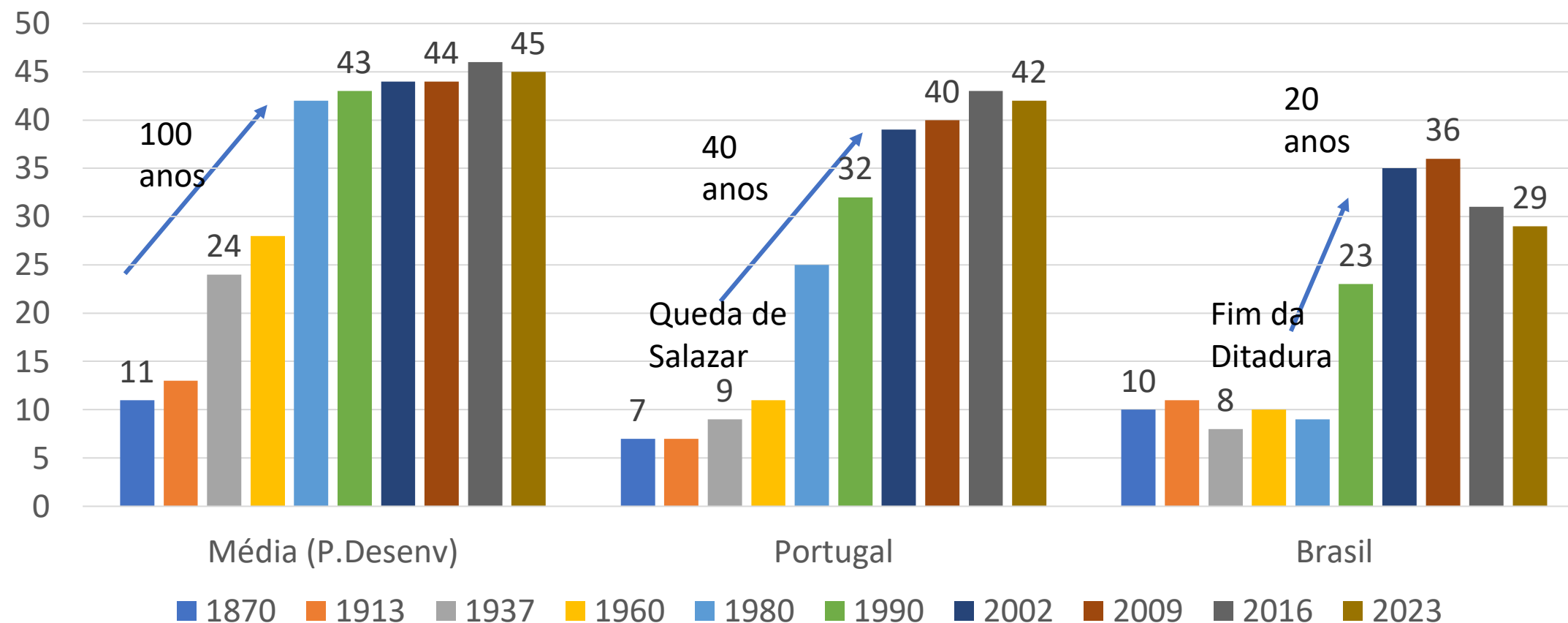


Fonte: Dados 1870-2002 Vito Tanzi. The Economic Role of the State in the 21st Century. Cato Journal, 2005.

2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A5 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

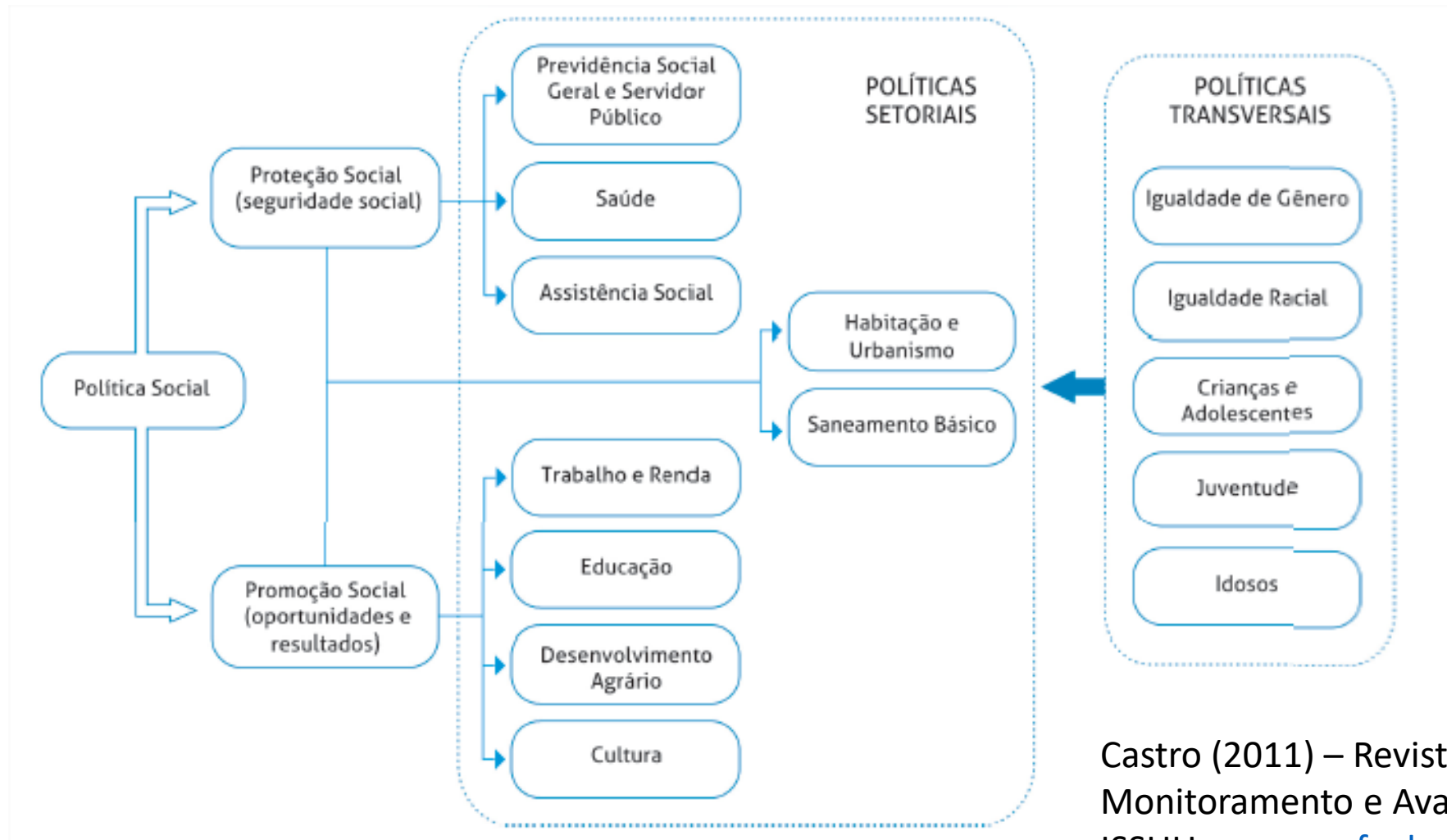
Com a redemocratização, países ibéricos (anos 1970), Brasil e outros países da América Latina (anos 1990) vieram trilhar esse caminho de construção do Estado de Bem-Estar

Carga Fiscal do Setor Público em alguns países (%PIB)



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

Desde a Constituição de 1988 e, em particular, após 2003, estrutura-se no Brasil um Sistema mais amplo em escopo e escala de políticas sociais, de cunho universal combinado com ações redistributivas (Universalismo com Equidade)

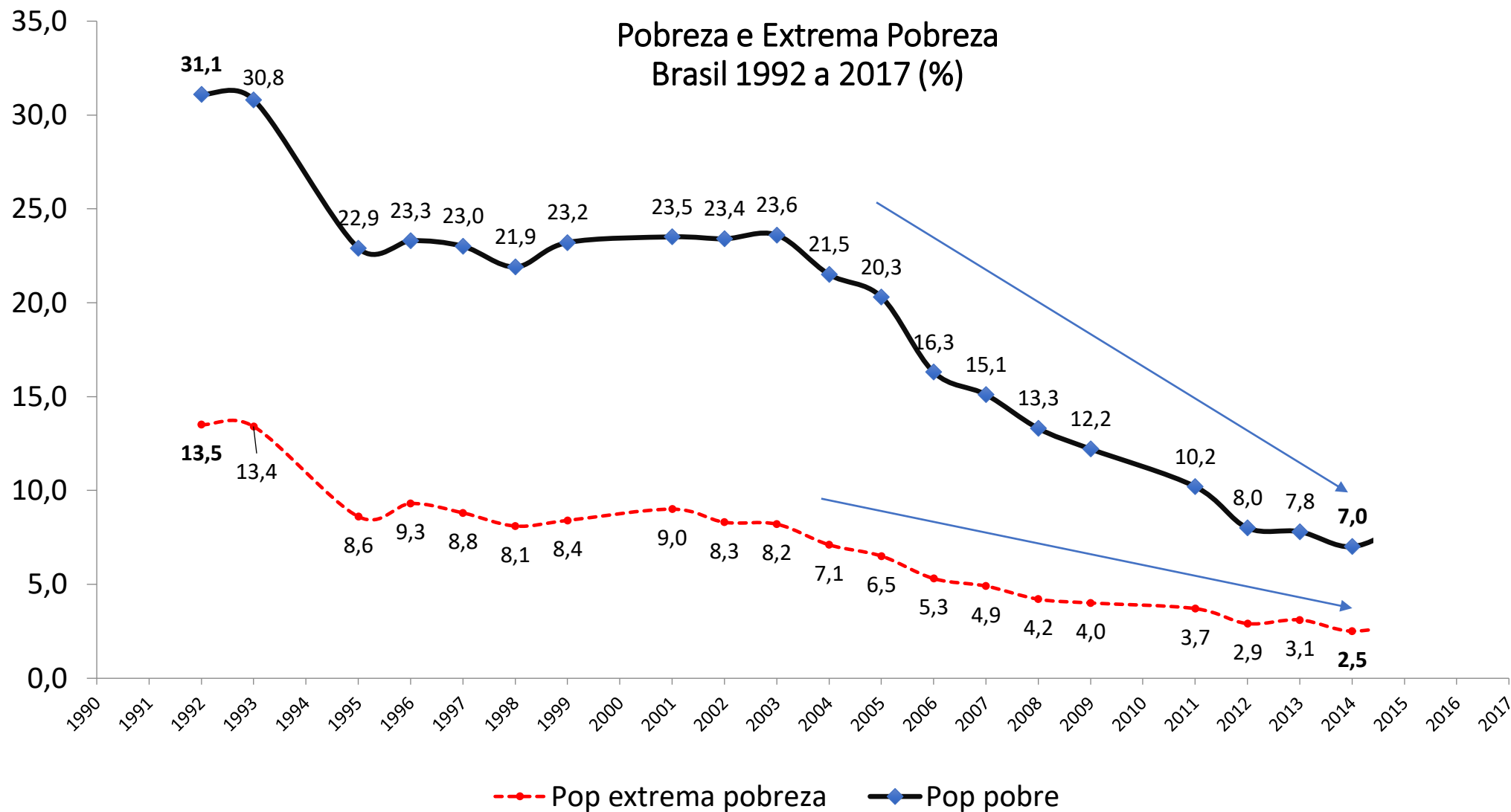


Castro (2011) – Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação n.1 em ISSUU ou www.fpabramo.org.br

Figura 3: Valores e Princípios de Avaliação de mérito de Políticas Públicas

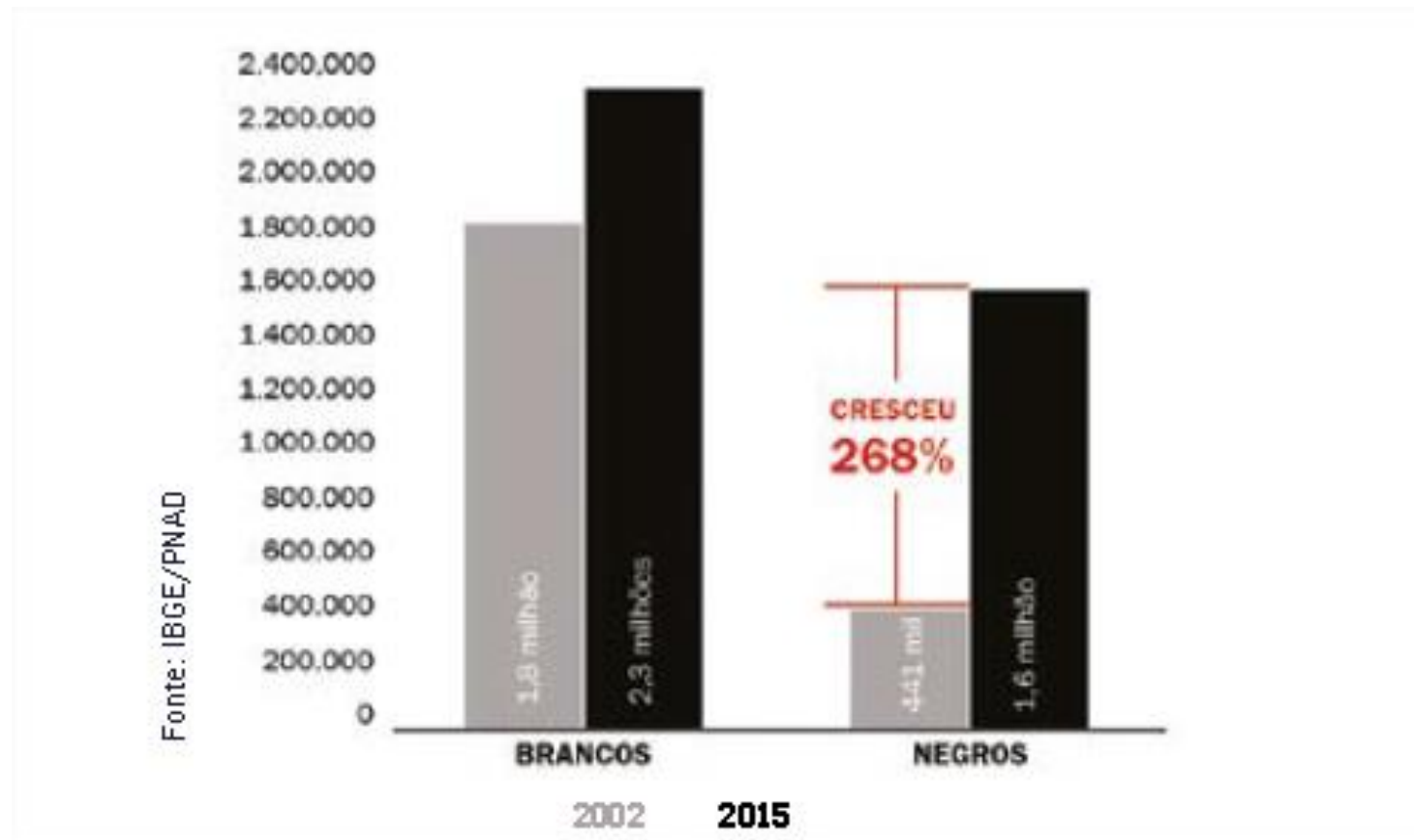


ESTE CONJUNTO DE POLÍTICAS TEM FORTE IMPACTO SOCIAL, SOBRETUDO NAS INIQUIDADES MAIS GRAVOSAS E NAS REGIÕES MAIS VULNERÁVEIS



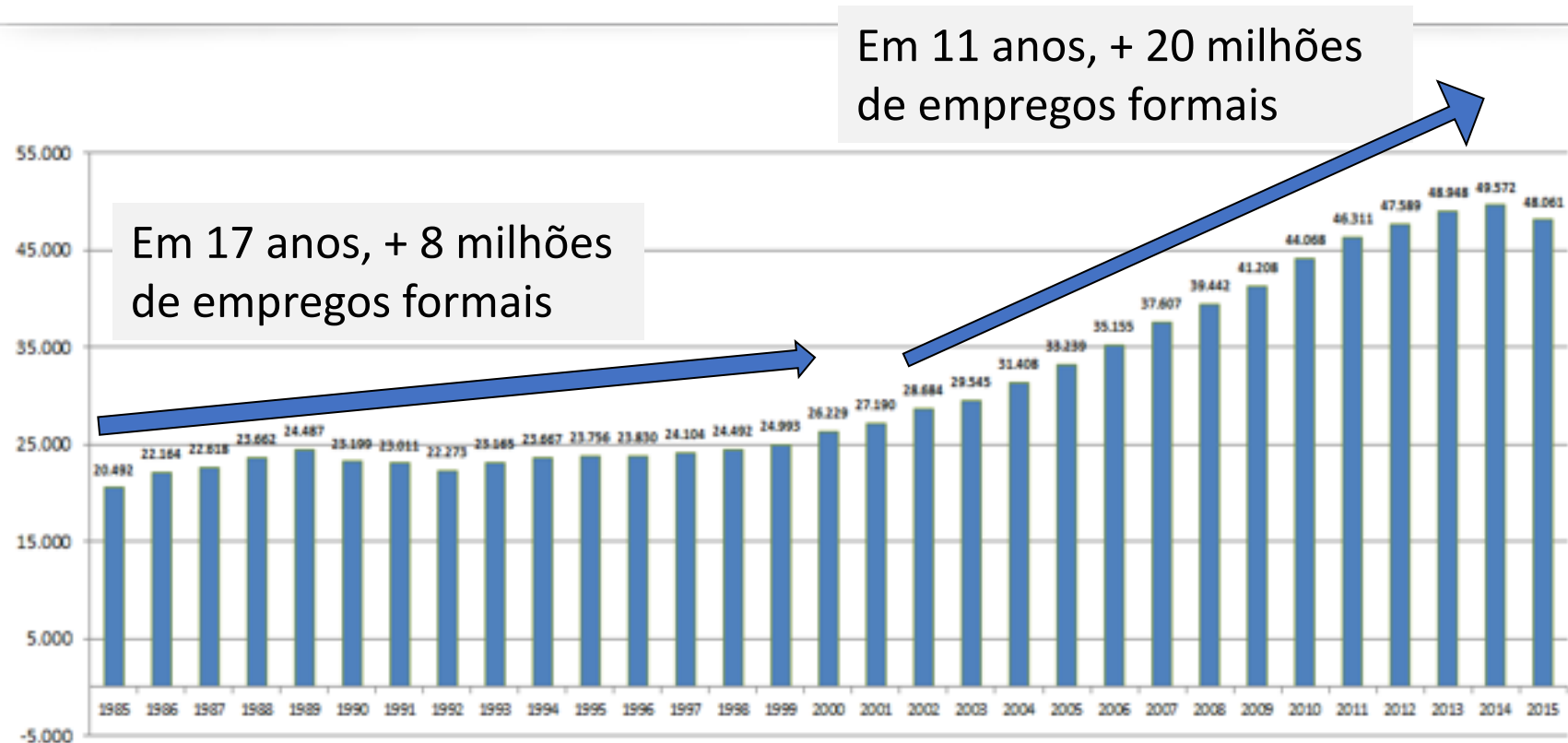
Os efeitos desse conjunto de políticas pode ser avaliado em várias dimensões, como sobre o acesso de 1 milhão de negros ao ensino superior

Gráfico 21 - Distribuição da população de 18 a 24 anos de idade segundo frequência escolar no ensino superior (inclusive mestrado e doutorado), por cor/raça



Os efeitos desse conjunto de políticas e decisões econômicas pro-mercado nacional pode ser avaliado em várias dimensões, como sobre a criação de empregos formais no período

Evolução do Número de Empregos Formais – 1985 a 2015

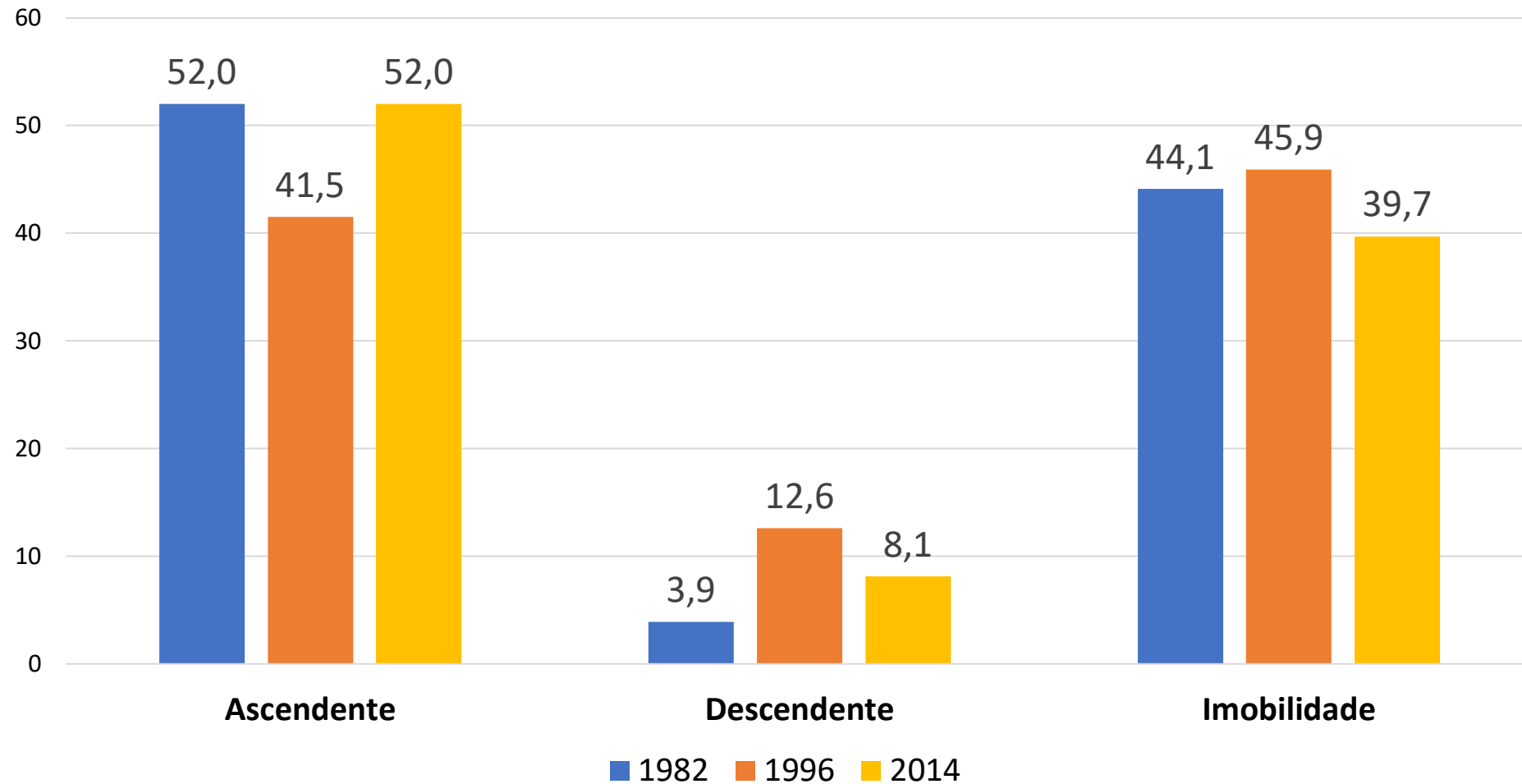


Fonte: RAIS - DEC n 76.900/75 MTB

* estoque na base mil.

Os efeitos desse conjunto de políticas pode ser avaliado em várias dimensões, como a retomada dos níveis de mobilidade social ascendente

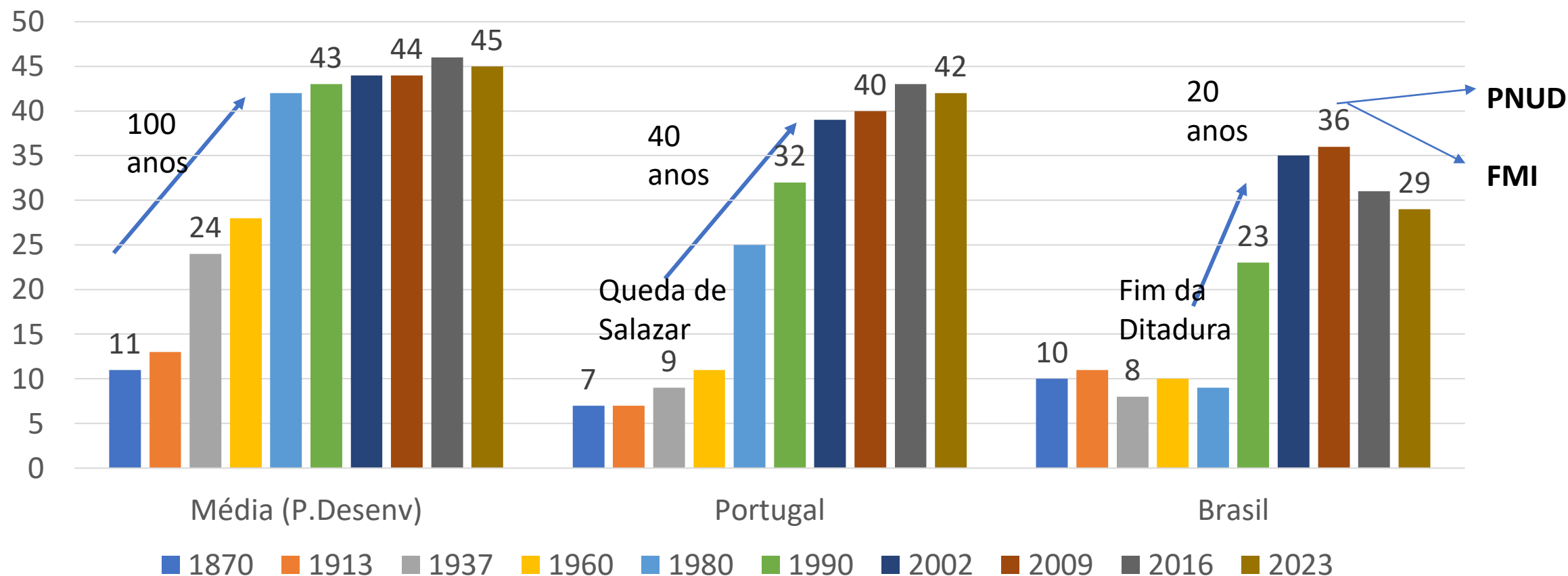
Mobilidade social intrageracional – Brasil 1982, 1996 e 2014



Cenários futuros das Políticas Públicas (antes da Pandemia Covid)

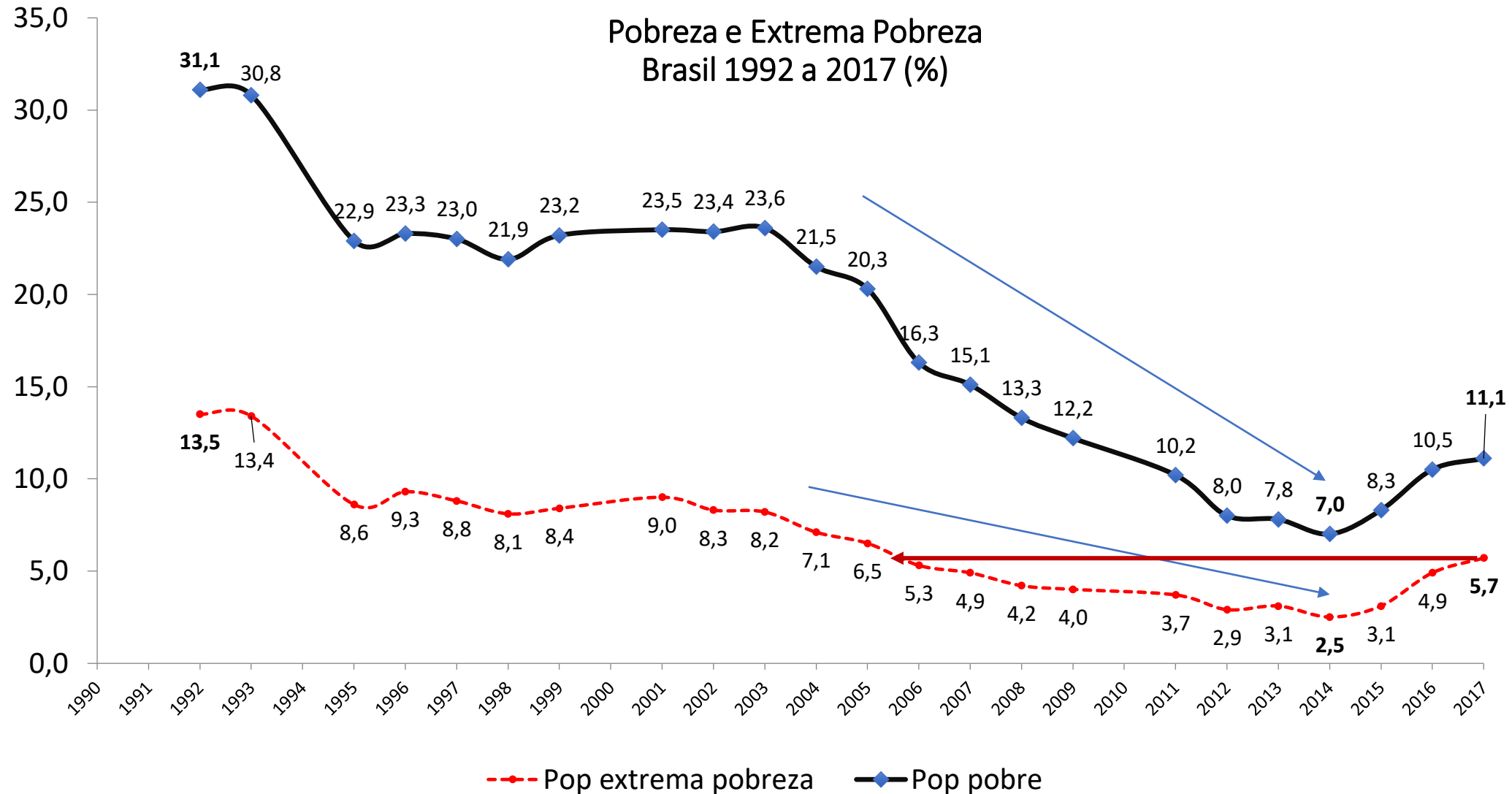
PNUD projetava a necessidade de expansão da Carga Fiscal para +40% até 2030 para atingimento metas ODS
FMI projetou redução da Carga Fiscal para 29% em 2023, como consequência do Teto de Gastos e Baixo crescimento

Carga Fiscal do Setor Público em alguns países (%PIB)



Fonte: Dados 1870-2002 Fiscal Prudence and Profligacy database <http://www.imf.org/external/datamapper/rev@FPP/USA/FRA/JPN/GBR/SWE/ESP/ITA/ZAF/IND>
2009-2016: IMF Fiscal Monitor Tabela A13 em <http://www.imf.org/~media/Files/Publications/fiscal-monitor/2018/April/pdf/fm1801.ashx?la=en>

AS CONSEQUÊNCIAS DO DESMONTE DO CONJUNTO DE POLÍTICAS COMEÇA A SER REVELAR RAPIDAMENTE:
EM 2 ANOS O BRASIL VOLTOU 10 NO COMBATE À POBREZA



Breve existência das Políticas Públicas no Brasil

- Enquanto os países centrais constituíram suas Políticas Públicas em mais de 80 anos, o Brasil sequer teve metade do tempo para tanto.
- Políticas Públicas provocaram mudanças expressivas em uma geração. Ex: filho do servente de pedreiro pode se tornar técnico em edificação; filha da empregada chegou na universidade (Filme “A que horas ela volta?”).
- Uma parte muito expressiva das Políticas e programas sociais foram efetivamente criados nos últimos 25 anos, após a Constituição de 1988, estando pois em diferentes estágios de maturidade institucional
- Políticas de Assistência Social existem há menos de 15 anos
- Políticas Ambientais e no âmbito da Cultura são ainda mais recentes
- A rapidez na estruturação das políticas acabou gerando muita fragmentação, sobreposição e disfuncionalidades intersetoriais e interfederativas

Complexidade das Políticas Públicas no Brasil

- Políticas e programas públicos são intrinsecamente multi-objetivos, não são projetos com corpo restrito de executores e voltados a uma finalidade específica
- As Políticas e programas públicas, sobretudo as sociais, operam por meio de articulação federativa, com pactuação de objetivos e atividades entre as três esferas de governos, em contextos sociais e econômicos muito diversos, múltiplos públicos-alvo e em ambientes diferenciados de capacidade de gestão
- Envolvem diretamente mais de 10 milhões de gestores e técnicos públicos nas 3 esferas, com diferentes formações, em diferentes regimes de contratação, operando mais de 300 programas federais, além dos existentes em 27 UF e nos 5.570 municípios
- É até surpreendente como, com tantos problemas de diagnóstico, desenho e implementação, se tenha conseguido resultados e impactos significativos em várias áreas

MAS O QUE É POLÍTICA PÚBLICA ?

Um definição instrumental:

- Política Pública é o conjunto de medidas que resultam da interação de diferentes atores – executivos eleitos, técnicos nos três níveis de governo, representantes parlamentares, movimento social, sindicatos, associações patronais etc- que, por meio de diferentes instrumentos – lei, incentivos, programas etc- visam atender uma demanda coletiva, mitigar uma problemática social, econômica ou ambiental; ou ainda promover um valor público desejado.
- Política Pública como medidas de ação governamental para atender uma demanda coletiva, mitigar uma problemática social, econômica ou ambiental; ou ainda promover um valor público desejado.
- Política Pública não é sinônimo de Política para população pobre ou Ação pública voltada só a resolver problemas que o mercado não consegue lidar.
- Política Pública pode ser universal (Educação Básica), públicos elegíveis (PBF, Cotas), integral (SUS), gratuita (Ens.Superior em Univ.Públicas), com custos (Exame ENEM)

FINALIDADES DA POLÍTICA PÚBLICA

Ação pública/Políticas Públicas

Demanda coletiva: provimento de educação básica

atendimento à saúde

recursos básicos para sobrevivência

limpeza urbana

-> Escola pública para todos indivíduos 4 a 17 anos

-> SUS atendimento universal e integral

-> Bolsa Família, BPC, Renda Universal, Corona voucher

-> Coleta pública diária/semanal geral/seletiva

Problemática: alta mortalidade infantil

baixo desempenho escolar

drogadição

poluição

-> intervenções integradas saúde e saneamento

-> ações integradas condições vida e sist escolar

-> ações multisetoriais – saúde, assistência, segurança

-> regulação ambiental, punição, rodizio

Objetivo coletivo : Preservação ambiental

Maior coesão social

Menor desigualdade

Respeito à diversidade cultural/étnica/etc

-> regulação ambiental, campanhas publicitárias

-> ações em livros didáticos, escolas, televisão, cultura

-> ações compensatórias, tributação de IR

-> estatutos, lei de proteção, concursos

CONCEPÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA CONDICIONA AS PERGUNTAS AVALIATIVAS

Desenho, Avaliação ou Análise de Políticas Públicas não investigam apenas como elas resolvem problemas, mas como atendem demandas coletivas legítimas e como contribuem para consolidar valores públicos relevantes

Ex: Programa Melhoria da Qualidade da Educação Básica

Há pelo menos 3 perguntas/perspectivas avaliativas complementares:

- PP como solução de problema de baixa proficiência dos alunos-> ênfase nos escores de exames de larga escala
- PP como atendimento de demanda pública de ensino de qualidade-> ênfase na qualidade da oferta pública (aulas, formação professores, infraestrutura escolar , didática etc)
- PP como promoção de educação para formação cidadã-> ênfase no currículo, atividades de sociabilidade, ocorrência de bullying

CONCEPÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA CONDICIONA AS PERGUNTAS AVALIATIVAS

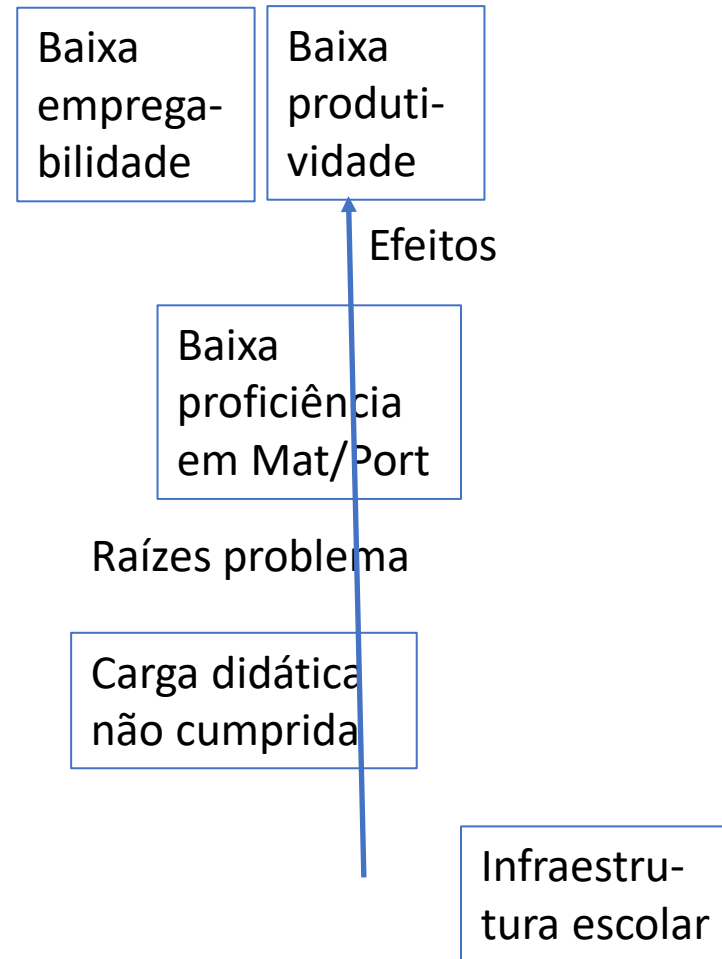
Ex: Programa Melhoria da Qualidade da Educação Básica
Há pelo menos 3 perguntas/perspectivas avaliativas complementares:

PP como solução de problema de baixa proficiência dos alunos-> ênfase nos escores de exames de larga escala

PP como atendimento de demanda pública de ensino de qualidade-> ênfase na qualidade da oferta pública (aulas, formação professores, infraestrutura escolar, didática etc)

PP como promoção de educação para formação cidadã-> ênfase no currículo, atividades de sociabilidade, ocorrência de bullying

Árvore de Problemas, Demandas e Oportunidades



CONCEPÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA CONDICIONA AS PERGUNTAS AVALIATIVAS

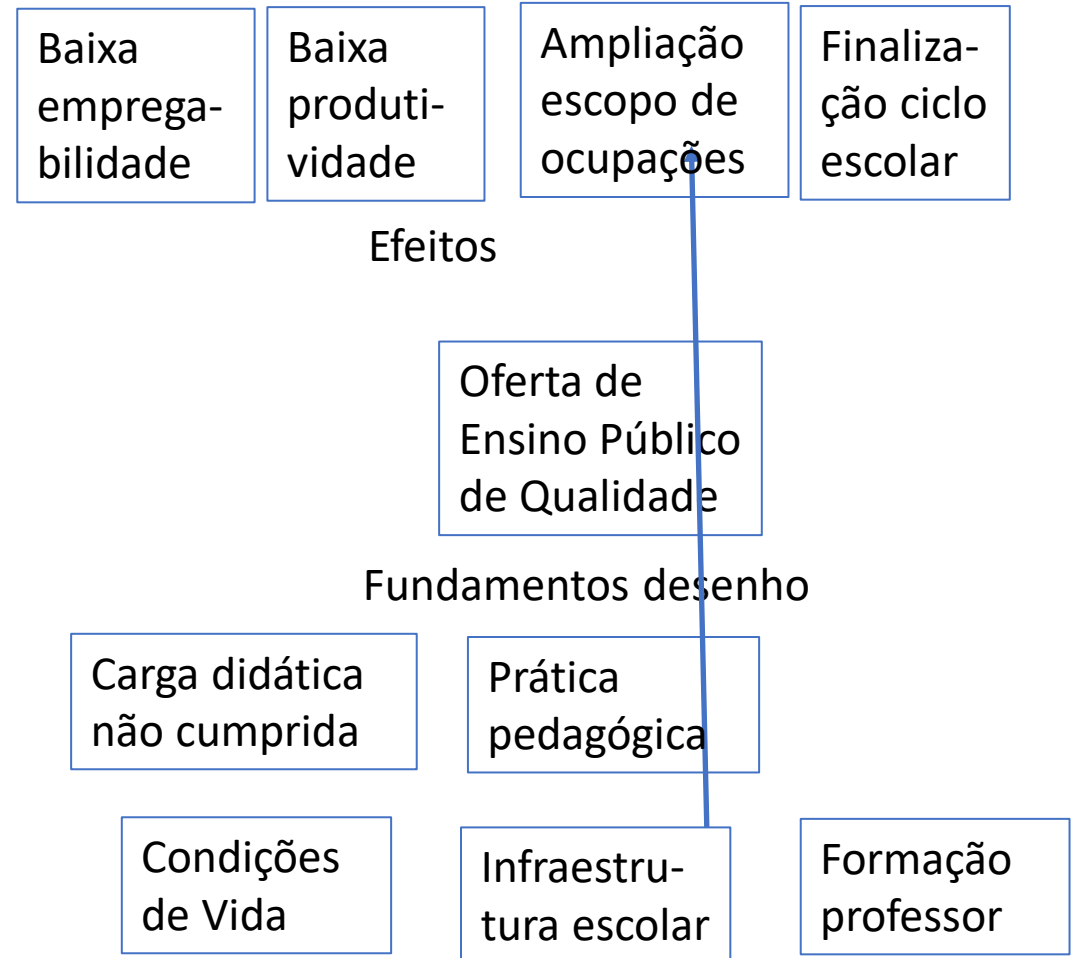
Ex: Programa Melhoria da Qualidade da Educação Básica
Há pelo menos 3 perguntas/perspectivas avaliativas complementares:

PP como solução de problema de baixa proficiência dos alunos-> ênfase nos escores de exames de larga escala

PP como atendimento de demanda pública de ensino de qualidade-> ênfase na qualidade da oferta pública (aulas, formação professores, infraestrutura escolar, didática etc)

PP como promoção de educação para formação cidadã-> ênfase no currículo, atividades de sociabilidade, ocorrência de bullying

Árvore de Problemas, Demandas e Oportunidades



CONCEPÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA CONDICIONA AS PERGUNTAS AVALIATIVAS

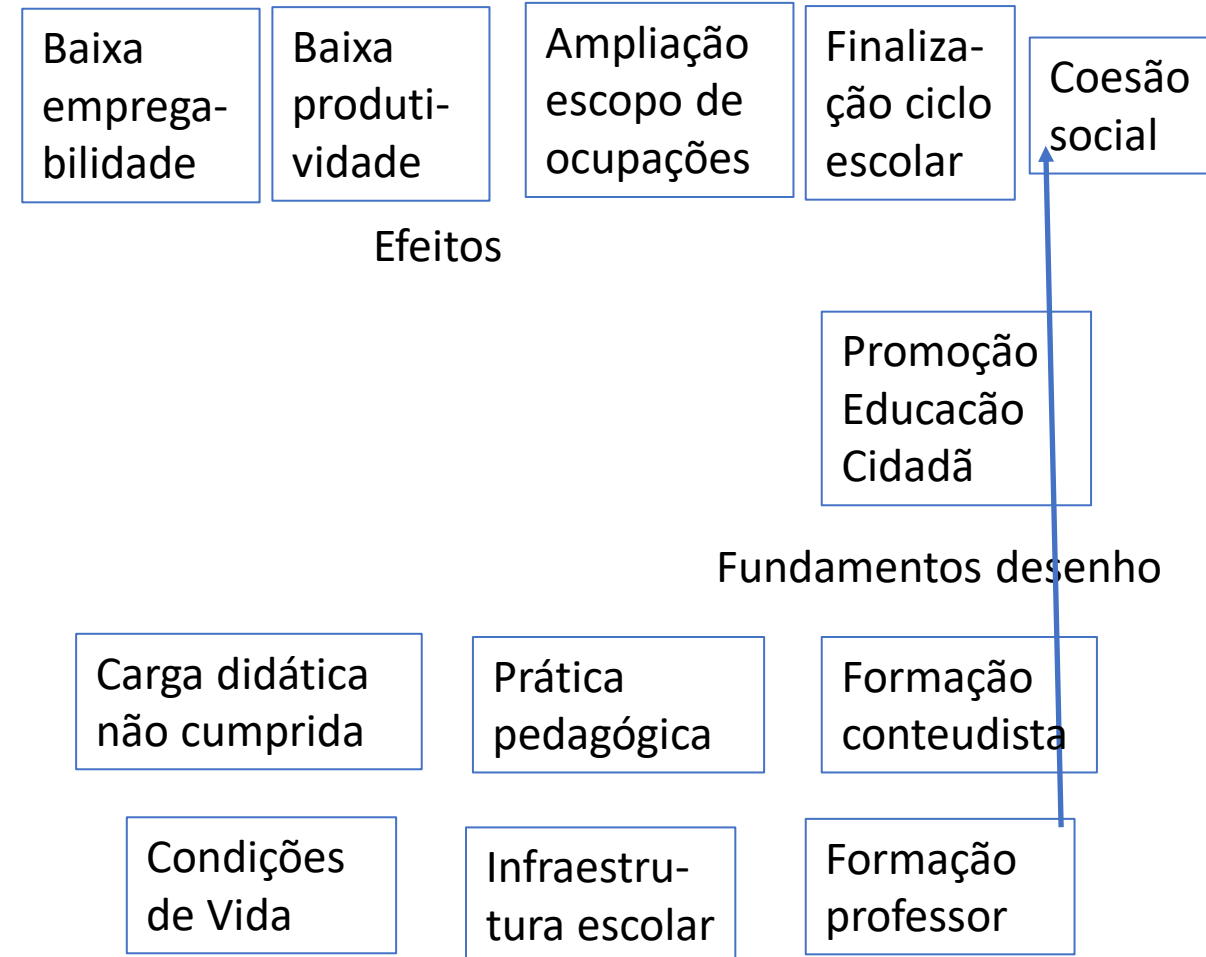
Ex: Programa Melhoria da Qualidade da Educação Básica
Há pelo menos 3 perguntas/perspectivas avaliativas complementares:

PP como solução de problema de baixa proficiência-> ênfase nos escores de exames de larga escala

PP como atendimento de demanda pública-> ênfase na qualidade da oferta pública (aulas, formação professores, infraestrutura escolar, didática etc)

PP como educação para formação cidadã-> ênfase no currículo, atividades de sociabilidade, ocorrência de bullying

Árvore de Problemas, Demandas e Oportunidades



CONCEPÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA CONDICIONA AS PERGUNTAS AVALIATIVAS

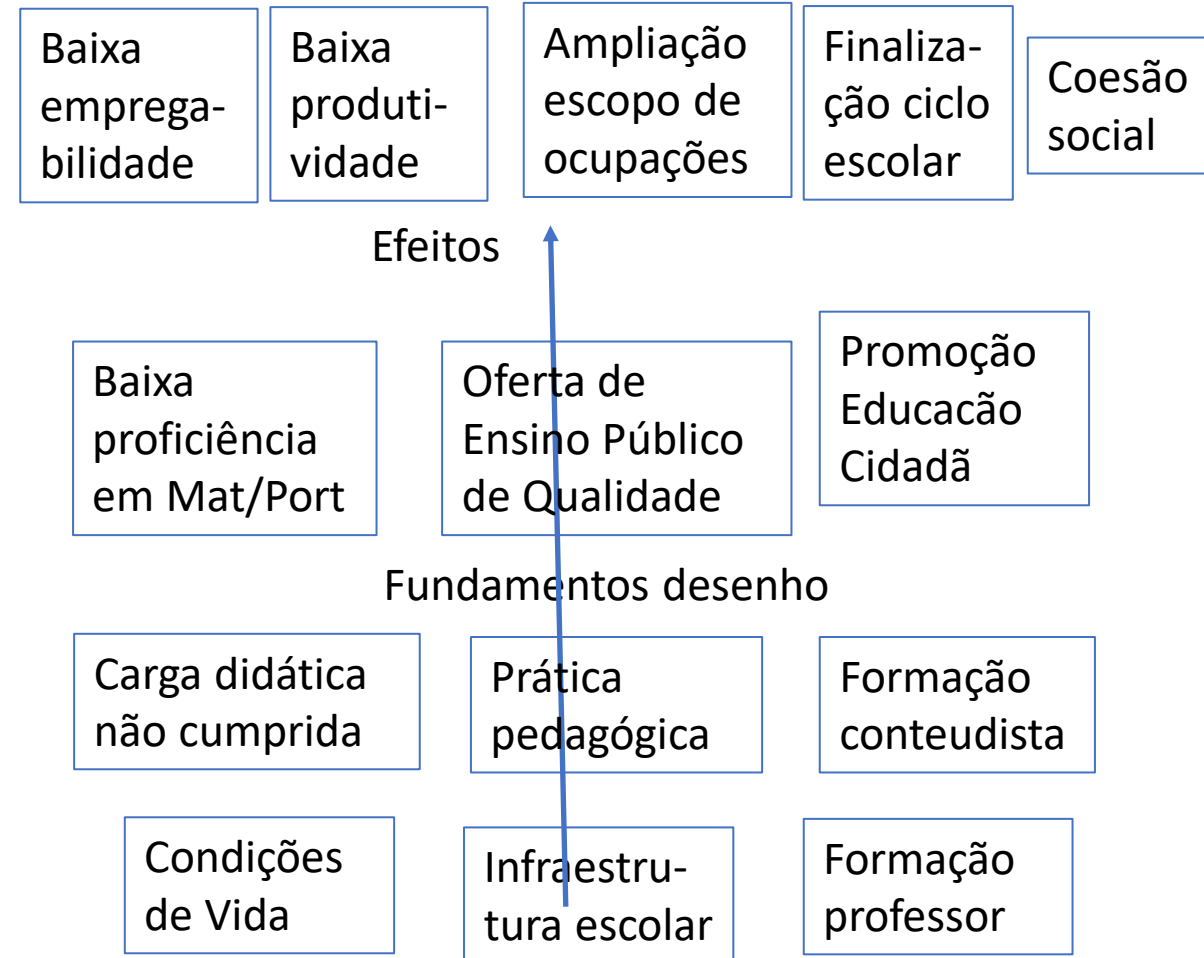
Ex: Programa Melhoria da Qualidade da Educação Básica
Há pelo menos 3 perguntas/perspectivas avaliativas complementares:

PP como solução de problema de baixa proficiência-> ênfase nos escores de exames de larga escala

PP como atendimento de demanda pública-> ênfase na qualidade da oferta pública(aulas, formação professores, infraestrutura escolar , didática etc)

PP como educação para formação cidadã-> ênfase no currículo, atividades de sociabilidade, ocorrência de bullying

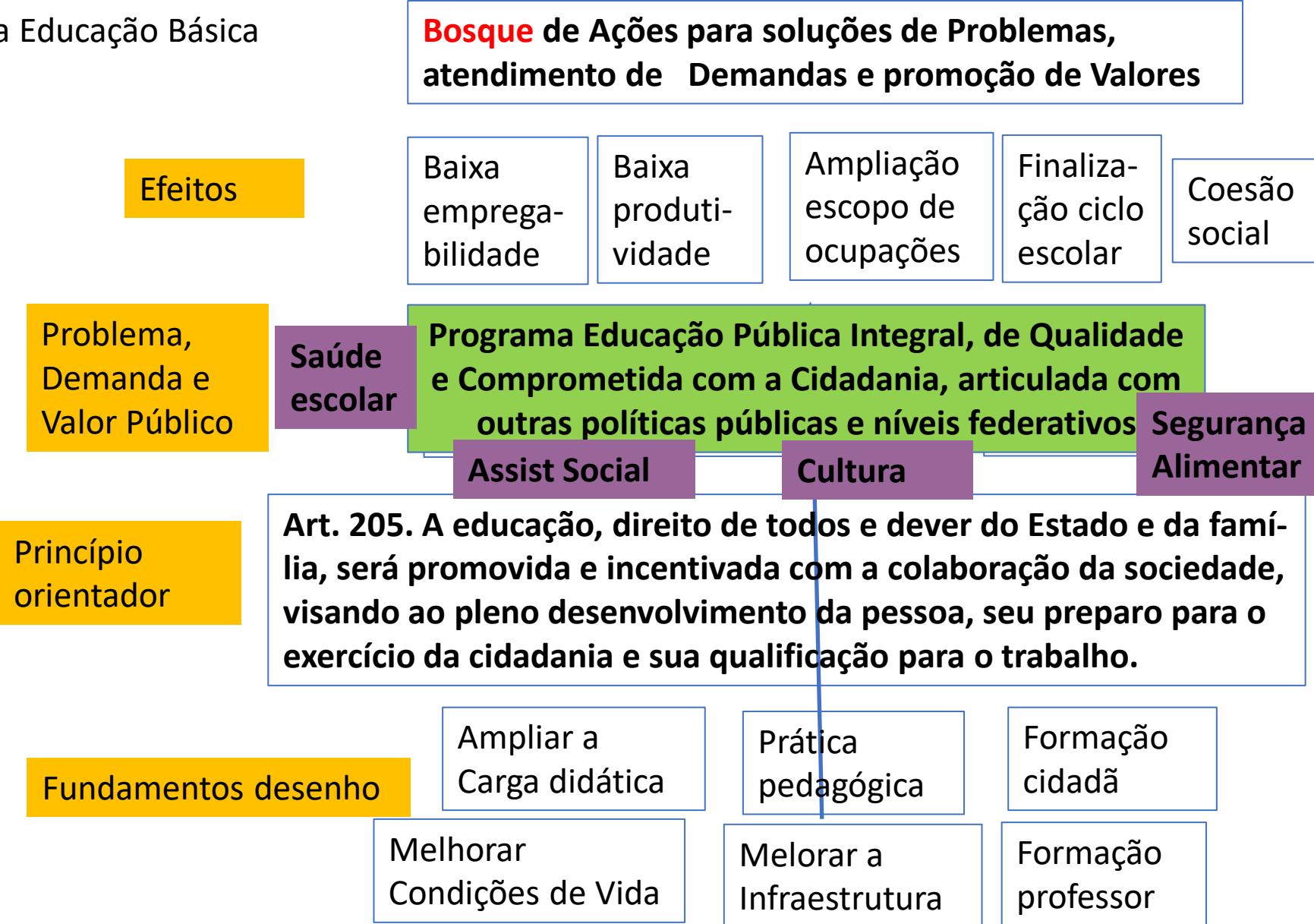
Floresta de Problemas, Demandas e Oportunidades



CONCEPÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA CONDICIONA AS PERGUNTAS AVALIATIVAS

Ex: Programa Melhoria da Qualidade da Educação Básica

Da Floresta de Problemas ao
Boque de soluções



Consequências do Desempenhismo na concepção das Avaliações Educacionais



.....Os testes e a preparação para testes têm se proliferado – a quantidade de tempo gasto em testes em algumas escolas dobrou. Um estudo para o Congresso, feito pelo Escritório Governamental de *Accountability* estimou que os estados teriam que criar mais de 433 testes para satisfazer as exigências da lei NCLB.

Isso tornou-se apenas a ponta do *iceberg* de um aumento maciço no uso de testes. Não é incomum de 20 a 60 dias letivos por ano serem gastos em preparação, além dos dias gastos nos testes em si, que são consideráveis.

.....

O uso de punições, mesmo se referido eufemisticamente como incentivos negativos, sanções ou consequências, cria um clima de medo, e o medo gera raiva e ressentimento.

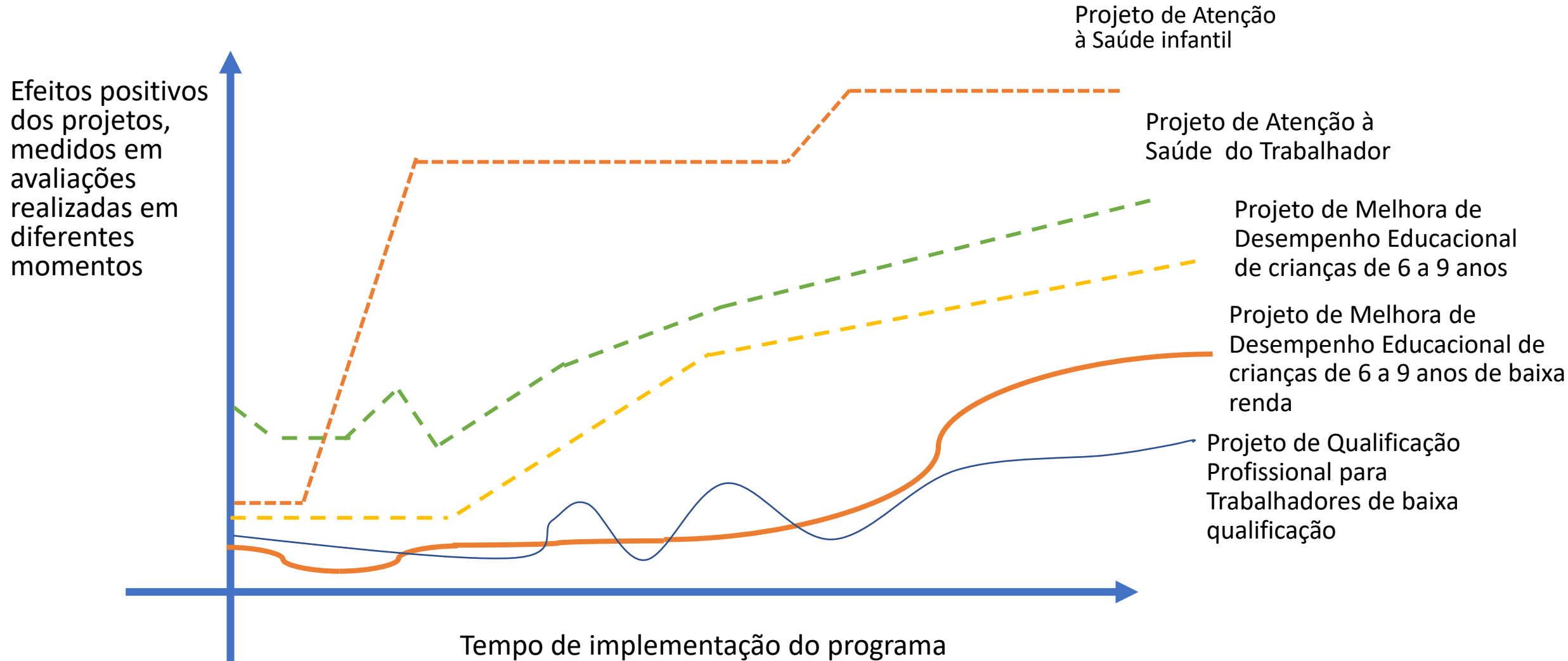
Dificuldades de Implementação e a Maturação dos Resultados

- Programas são empreendimento complexos !!
- As dificuldades de implementação, maturação e tangibilidade dos efeitos de programas podem ser muito diferentes segundo a problemática em questão, público-alvo visado ou contexto operacional.
- Essa ressalva é importante pois pelo investimento aportado e pelas expectativas de se legitimar iniciativas que dispõe de bom material e equipes engajadas, pode-se ficar tentado a realizar, de forma precipitada, avaliações que dimensionem resultados e mesmo impactos desses programas e projetos.
- Contudo, pelas dificuldades de contexto econômico e social ou complexidade operacional as iniciativas podem não revelar os efeitos esperados ou mostrar efeitos aquém do esperado.

Dificuldades de Implementação e a Maturação dos Resultados

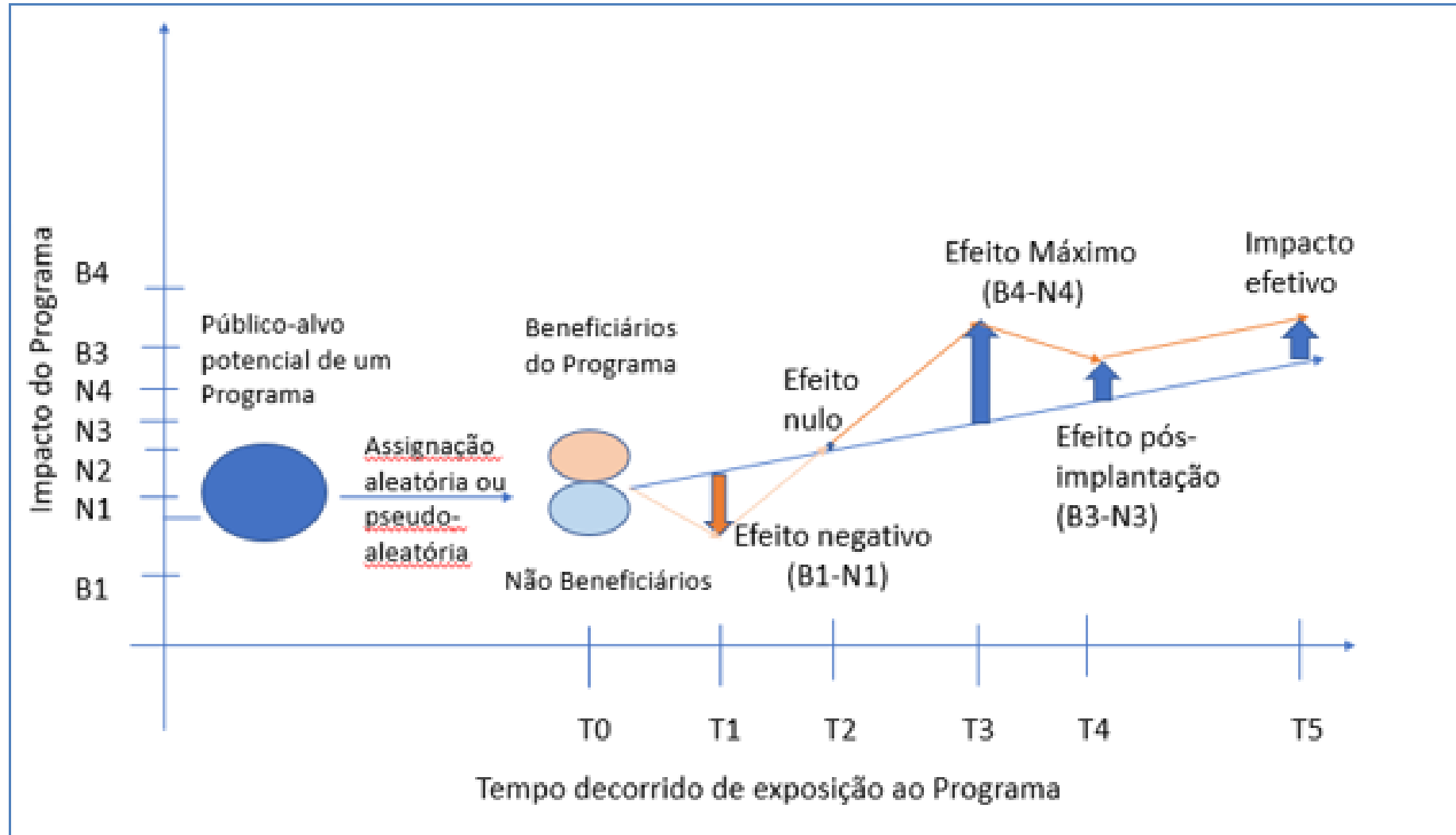
- Vale registrar que a expectativa da magnitude dos efeitos do programa – melhora de 20%, 50% ou 80% nos indicadores iniciais – não depende apenas do volume de recurso aportado ou densidade das atividades previstas, mas da natureza intrínseca das dimensões sociais e econômicas em questão.
- Dependendo no momento da Avaliação de Resultados os efeitos captados do programa podem ser maiores ou menores, conduzindo a juízos diferentes sobre o mérito dele.
- Assim, para garantir a robustez dos resultados – e da análise do mérito – do programa é importante se assegurar da maturidade da sua implementação e da resolução dos seus problemas e gargalos mais críticos.
- Por isso é fundamental dispor de instrumentos de monitoramento dos processos-chave e realizar avaliações *in itinere* (de processo) para identificar desvios em relação ao esperado e investigar os motivos dessa situação, como discutido na próxima seção.

Dificuldades de Implementação e a Maturação dos Resultados



Avaliar resultados e impactos em programas com problemas de implementação é um equívoco

Figura 1: Efeitos circunstanciais e efetivo de um novo programa ao longo de sua implantação



Princípios e Valores orientadores da Ação Pública:

Dignidade humana, Justiça Social, Cooperação, Equidade, Moderação, Solidariedade, Sustentabilidade Ambiental, Respeito à diversidade, Transparência

Demandas
públicas

Formulação

Compromissos
internacionais

Sistema de Políticas Públicas



Inovações
Substantivas

Inovações
incrementais

Avaliação *Ex post*

- Aval Resultados
- Aval Impactos

Avaliação *In Itinere*

- Aval processos
- Monitoramento

Relevância

Eficácia

Critérios
avaliativos

Efetividade

Eficiência

Sustentabilidade

Pessoal
Técnico

Produtos e
Serviços

Arranjo
Operacional

Equipamentos

Recursos
Orçamentários

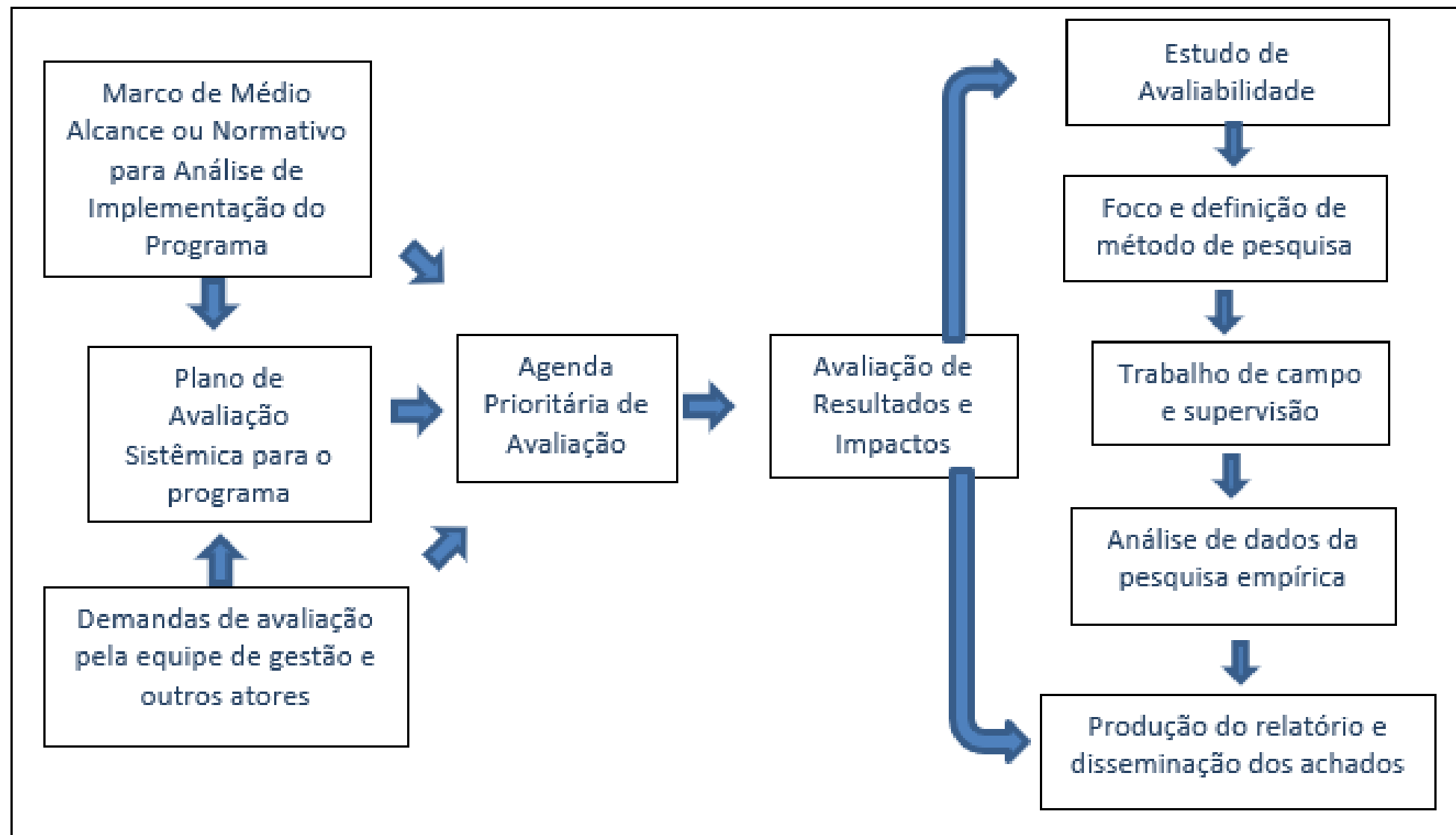
Participação
Social

Nós
Críticos de
Implemen-
tação

Avaliação in Itinere: Nós críticos da Implementação como marco orientador pragmático



Etapas de especificação de uma Avaliação



Mapa de Processos e Resultados como ferramenta descritiva da Intervenção a ser avaliada

Programa ou Projeto

Água para Todos

Objetivos

Promover a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar, visando ao pleno desenvolvimento humano e à segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social”

Públicos Alvo

- Público-alvo: famílias inscritas no Cadastro Social Único do Governo Federal, com renda mensal familiar per capita de até R\$ 170,00 (maio/2018)
- Abrangência nacional, em especial, semiárido

Mapa de Processos e Resultados – Água para Todos

Contexto

- Semiárido e Regiões com escassez de água para consumo
- Famílias inscritas no Cadastro Único residentes na zona rural

Recursos

- Orçamento Federal (BSM)
- Min.Integração
- Min.Des.Social
- Funasa
- Recursos BNDES, FBB e Petrobrás
- Gov. Estaduais e municipais
- ASA e org. Sociais

Atividades

- Levantamento e localização de demanda social para o programa
- Estabelecimento de convênios com estados, municípios e organizações sociais operadores
- Contratação de empresas, pedreiros e outros agentes
- Compra, distribuição e instalação das cisternas e sistemas de abastecimento
- Mobilização social para oficinas de capacitação
- Realização de oficinas de capacitação

Produtos

- Cisternas de alvenaria
- Cisternas de polietileno
- Sistemas de captação de água pluvial para agricultores
- Sistemas coletivos abastecimento de corpos d'água, poços ou nascentes
- Barreiros ou pequenas barragens
- Kits de irrigação
- Barragens subterrâneas
- Poços perfurados
- Pedreiros e famílias capacitados no uso e manutenção

Resultados

- Água suficiente armazenada de boa qualidade para consumo humano na estiagem
- Água disponível para asseio, limpeza e conforto domiciliar
- Água disponível para produção alimentos e criação de animais
- Empregos nas atividades de construção e manutenção das cisternas
- Maior acesso e conhecimento de políticas públicas

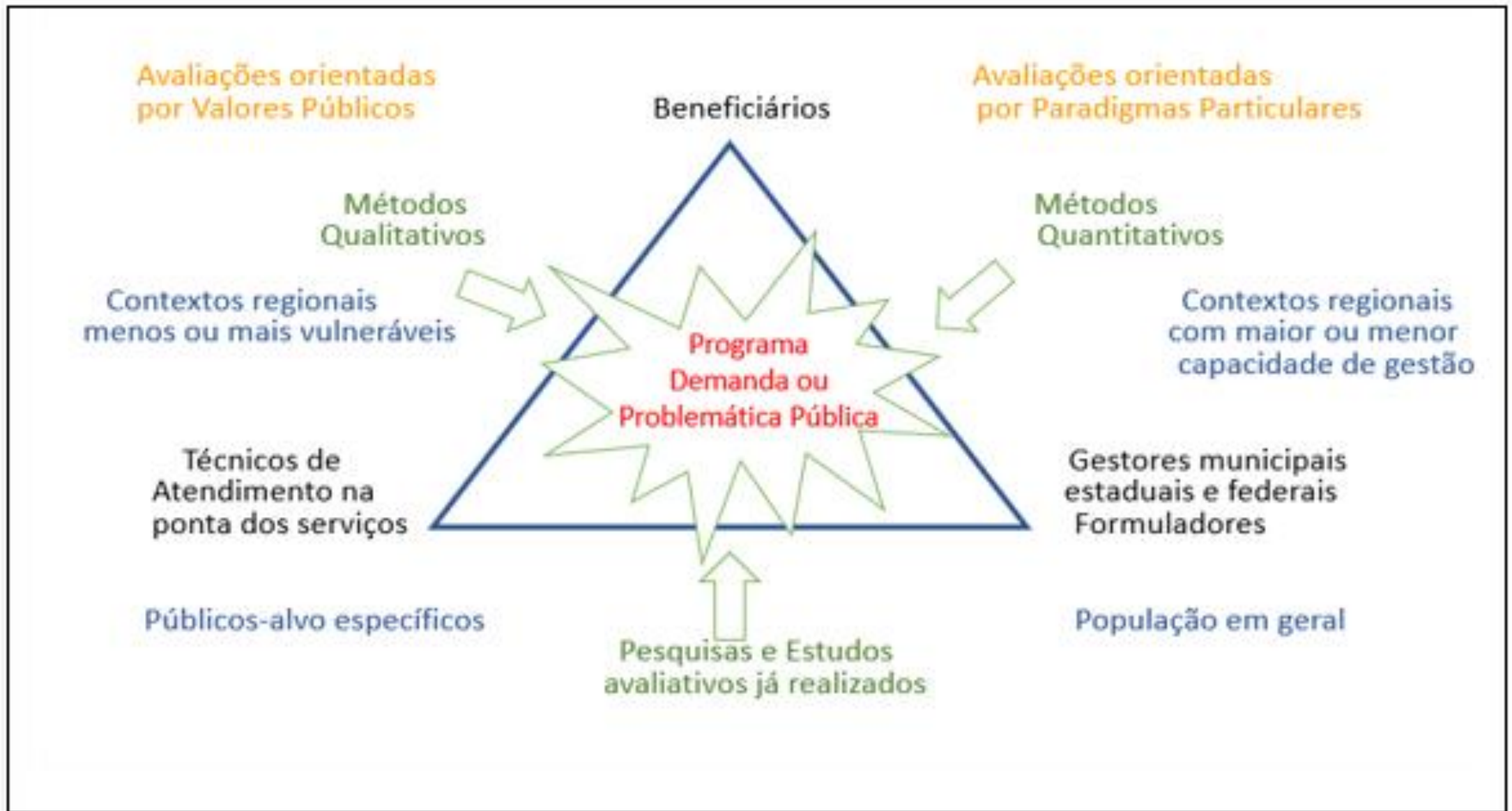
Pressupostos

- Regime anual e suficiente de chuvas
- Acesso a pol. sociais e de inclusão produtiva
- Adequação do tratamento da água para consumo

Impactos

- Segurança alimentar e nutricional
- Condições de salubridade do domicílio
- Riscos de enfermidades decorrentes de baixo consumo de água ou de água insalubre
- Geração de renda
- Equidade e coesão social
- Sustentabilidade ambiental

Avaliação precisa trazer evidências sobre diferentes perspectivas do programas: Triangulação de métodos, sujeitos e perspectivas



Uma possível solução: Meta-Avaliação ou Meta-análise de Políticas Públicas

- Meta-avaliação de programas é a busca de regularidades de achados, de não regularidades, de especificidades regionais ou de públicos e ainda sistematização de avaliações realizadas sobre diferentes marcos interpretativos de análise
- Parte-se do pressuposto que a produção do conhecimento tecnocientífico não é a busca da “verdade”, mas de produção de narrativas consistentes reconhecidas pelas comunidades epistêmicas de referência, com seus marcos teóricos, modelos interpretativos e técnicas empregadas.
- Assim, produzir Meta-avaliação de programas é exercitar o contraponto de estudos, achados e perspectivas de análise produzidos sobre programas, segundo diferentes pesquisadores e comunidades -> **Triangulação**

Exemplo de Meta-avaliação: Mitos e verdades do Bolsa Família

Eixo de meta-avaliação: Efeitos do Programa no Merc Trabalho

QUADRO 1

Síntese dos principais resultados encontrados de acordo com a jornada e a participação

Autores	Base de dados	Método	Unidade de análise	'Efeito' jornada	'Efeito' participação
Bitte-Kestenetzky (2010)	PNAD 2006	Comparação de médias	Beneficiários e não beneficiários	Não averiguou	Efeitos desejáveis: maiores entre beneficiários e menores entre não beneficiários.
Medeiros, Britto e Soares (2007)	PNAD 2004	Probit	Beneficiários e não beneficiários	Não averiguou	Efeitos desejáveis/aceitáveis: aumento entre mulheres cônjuges; homens chefes e homens cônjuges; redução entre mulheres chefes. ¹
Cedeplar (2006, apud Medeiros, Britto e Soares, 2007, p.16)	Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família (AIBF) out/2005 a dez/2005	Comparação com linha de base	Beneficiários e não beneficiários	Não mencionado	Efeitos desejáveis: aumentos para adultos (3%); homens (3%); e mulheres (4%).
Foguel e Barros (2010)	Painel municipal PNAD 2001-2009	Método dos mínimos quadrados (MQO) empilhado, painel com efeitos aleatórios, painel com efeitos fixos, transformações em primeira diferença e MIMG	Municípios	Efeitos desejáveis/aceitáveis: redução pequena e estatisticamente insignificante para mulheres abaixo da renda mediana. ¹	Efeitos desejáveis: elasticidade de aumento entre 0,005 e 0,01 para os homens. Efeitos indesejáveis: estatisticamente insignificantes para mulheres.
Marinho e Mendes (2011)	PNAD 2006	Logit multinomial, equação de oferta de horas de trabalho	Beneficiários e não beneficiários	Efeitos indesejáveis: redução proporcionalmente maior, embora pequena, no setor informal com respeito ao setor formal.	Efeitos desejáveis: aumento de 0,06 p.p., por real transferido, na probabilidade de o beneficiário estar ocupado no setor informal. Efeitos indesejáveis: aumento de 0,10 p.p., por real transferido, na probabilidade de estar desempregado; redução de 0,16 p.p., por real transferido, na probabilidade de trabalhar no setor informal.
Pianto e Soares (2004)	PNAD 1997-1999	PEP	Municípios do Peri e fora do Peri	Não averiguou	Efeitos desejáveis: redução de 10 p.p. no trabalho infantil.

(Continua)

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA uma década de inclusão e cidadania

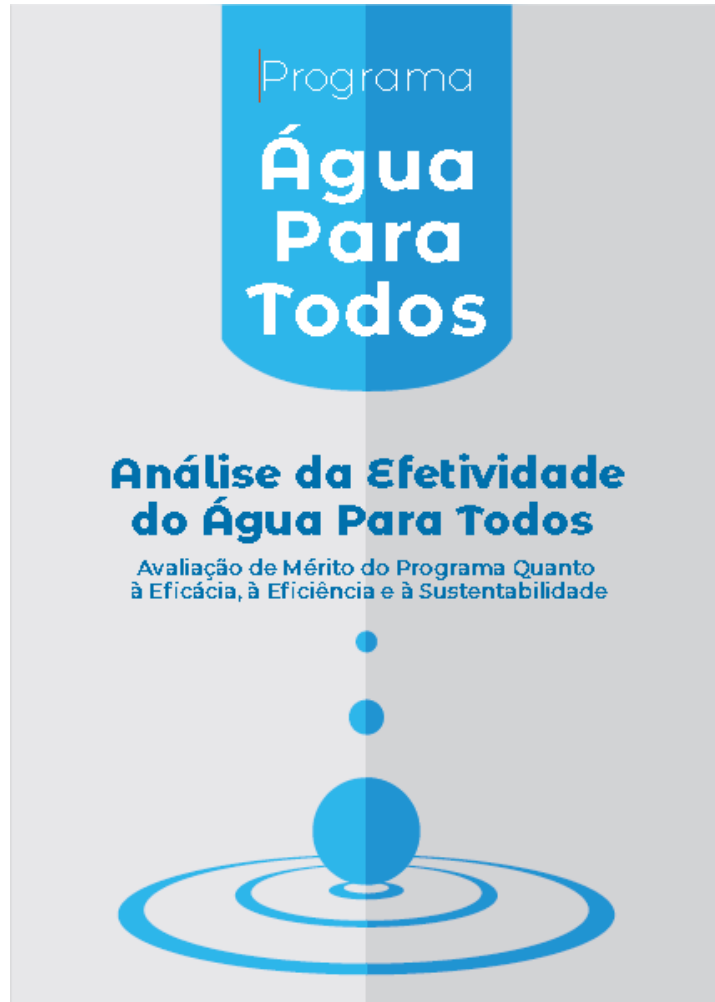
Organizadores
Tereza Campello
Marcelo Cortes Neri



https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20408

Exemplo de Meta-avaliação: Mérito do Programa Água para Todos

Eixo de meta-avaliação: 5 Critérios de Avaliação da OCDE



Quadro 1. Síntese dos achados dos principais estudos sistematizados sobre cisternas e APT — Organizados seguindo critérios de mérito do marco referencial de avaliação

Estudo	Região e Período	Eficácia	Relevância e Efetividade	Eficiência e Sustentabilidade
Galizone e Ribeiro (2004)	Semiárido Minas Gerais; anos 2000		Não se identificou efeito significativo do consumo de água por cisternas e episódios de diarreia.	Para sustentabilidade do acesso à água é necessário garantir ações de conservação de nascentes, e em formas comunitárias de acesso e distribuição da água.
D’Alva e Farias (2005)	Semiárido; anos 2003-2004	A tecnologia de cisternas garante acesso mais regular à água	A distribuição das cisternas cumpre princípios de equidade de oferta, pois está voltado para famílias mais vulneráveis.	Mobilização social é fator crítico para sucesso
Brito et al. (2010)	Semiárido, anos 2000	Aumento da oferta de água para consumo humano e animal	Redução do risco da produção agropecuária, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida	
Passador e Passador (2010)	Juazeiro BA; anos 2003-2009		Efeitos positivos na saúde, uso do tempo e questões de gênero.	

“Estudos Avaliativos”

- Pela solidez e amplitude dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas no Brasil, há um volume considerável de **Estudos avaliativos** produzidos de modo regular, compondo um mosaico multidisciplinar de avaliações.
- Esses estudos avaliativos podem ser buscados em anais de congressos científicos ou em vários periódicos técnico-científicos, acessíveis por meio de portais específicos (quadro ao lado) ou pelo sítio de periódicos nacionais www.scielo.br

Periódico/Instituição	Portal
Revista AVAL – UFC	http://periodicos.ufc.br/aval
Rev. Bras.Mon.Avaliação – RBMA	https://redebrasileirademea.ning.com/
Estudos em Avaliação Educacional FCC	http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae
Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas em Educação –Cesgranrio	http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio
Ciência e Saúde Coletiva – Abrasco	http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/
Cadernos de Saúde Pública - Fiocruz	https://portal.fiocruz.br/cadernos-de-saude-publica
Revista de Administração Pública - FGV	http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap
Revista do Serviço Público – ENAP	https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP
NAU Social – UFBA	https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial
Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – INEP	http://portal.inep.gov.br/publicacoes
Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate – SAGI	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=53
Bahia Análise e Dados – SEI/BA	http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanalseedados/index
Planejamento e Políticas Públicas IPEA	http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP
Textos para Discussão - IPEA	https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=359

“Pesquisas de Avaliação”

- **Pesquisas de Avaliação** envolvem produção primária de evidências quantitativas ou qualitativas, para responder questões mais específicas de interesse do demandante. Em geral, o relatório de pesquisa ou um sumário executivo é disponibilizado publicamente. Nas pesquisas quantitativas com recursos públicos há previsão de disponibilização de microdados.
- É o caso do IBGE, que encarta suplementos em suas pesquisas de campo ou realiza pesquisas amostrais específicas (como a Pesquisa Nacional de Saúde). O INEP faz vários levantamentos educacionais de larga escala. A Secretaria de Avaliação do extinto Ministério de Desenvolvimento Social também realizava diversas avaliações de programas sociais. Há ainda a produção dos do CMAP- Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas- e órgãos de controle, como a CGU – Controladoria Geral da União- e o TCU – Tribunal de Contas da União, além dos organismos internacionais.

Instituição e Pesquisas	Portal
IBGE – investigações suplementares na PNADC e MUNIC, além da PNS	www.ibge.gov.br
INEP – EducaCenso e SAEB	www.inep.gov.br
SAGI – Pesquisas de avaliação prog.sociais	https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/porta
CMAP – Avaliações de programas com foco na eficiência do gasto público	https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap
CGU – Avaliações de programas com foco na conformidade operacional	https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-de-programas-de-governo
TCU – Avaliações com foco de auditoria e fiscalização operacional	https://portal.tcu.gov.br/imprensa/trabalhos-de-destaque/fichas-tematicas.htm
RBMA- Rede Bras.Monit.Avaliação – congressos temáticas no campo	https://redebrasileirademea.ning.com/
Rede de Avaliação da Fundação tau	https://www.redeitausocialdeavaliacao.org.br/
Rede GIFE – biblioteca de iniciativas SINAPSE e congressos anuais	https://gife.org.br/
IEO/PNUD – Avaliações de projetos de desenvolvimento em diversos países	http://web.undp.org/evaluation/evaluation-office.shtml
UNEG – Portal de unidades de avaliação das agências das Nações Unidas	http://www.uneval.org/

Princípios e Valores orientadores da Ação Pública:

Dignidade humana, Justiça Social, Cooperação, Equidade, Moderação, Solidariedade, Sustentabilidade Ambiental, Respeito à diversidade, Transparência etc.



Critérios de avaliação “DAC/OCDE” para avaliação do mérito de políticas, programas e projetos sociais, usado há mais de 25 anos por organizações multilaterais da ONU

Relevância de um programa ou projeto está associado ao grau de pertinência do mesmo às demandas públicas prioritárias, isto é, sua aderência à agenda de prioridades políticas de uma determinada sociedade.

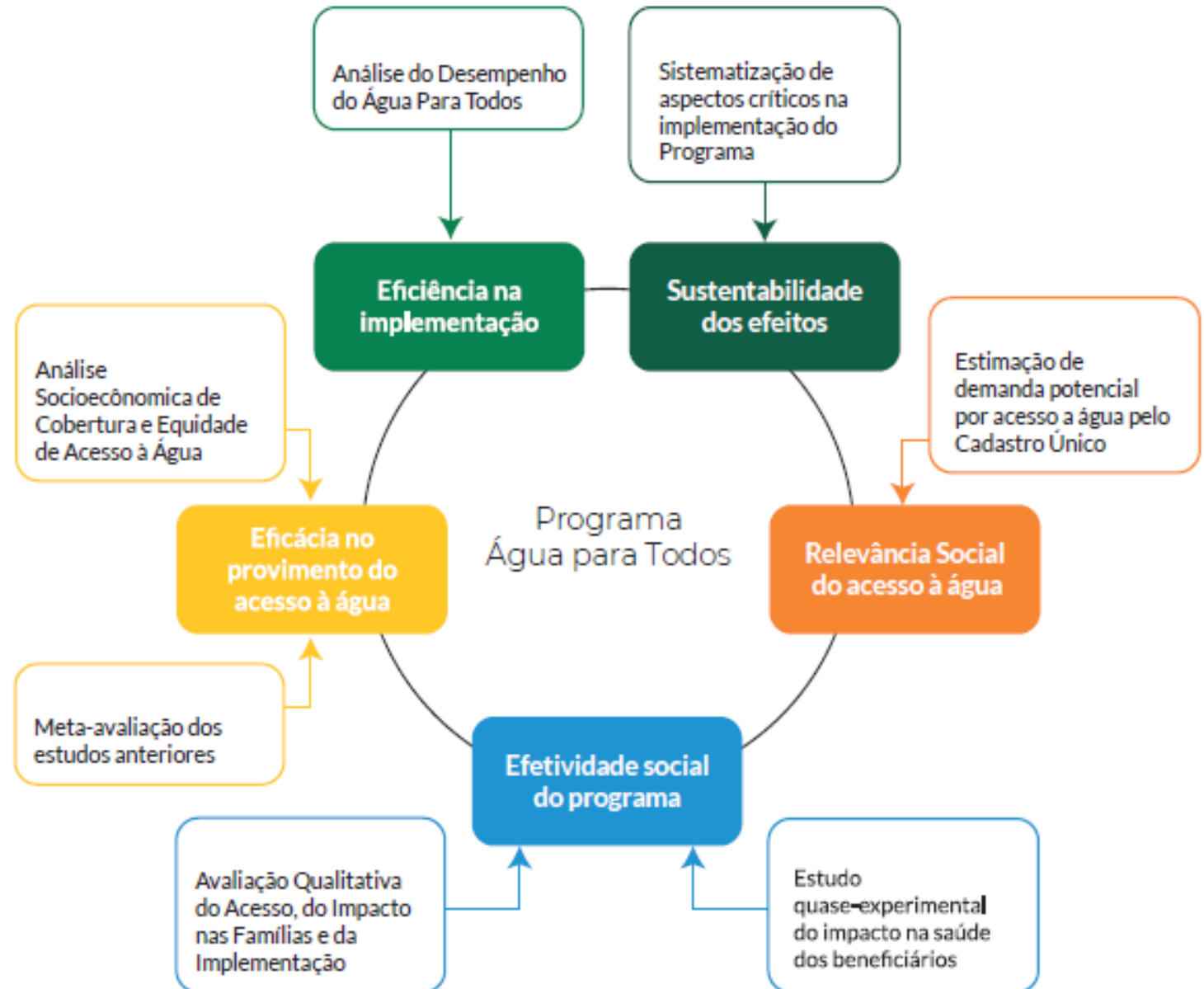
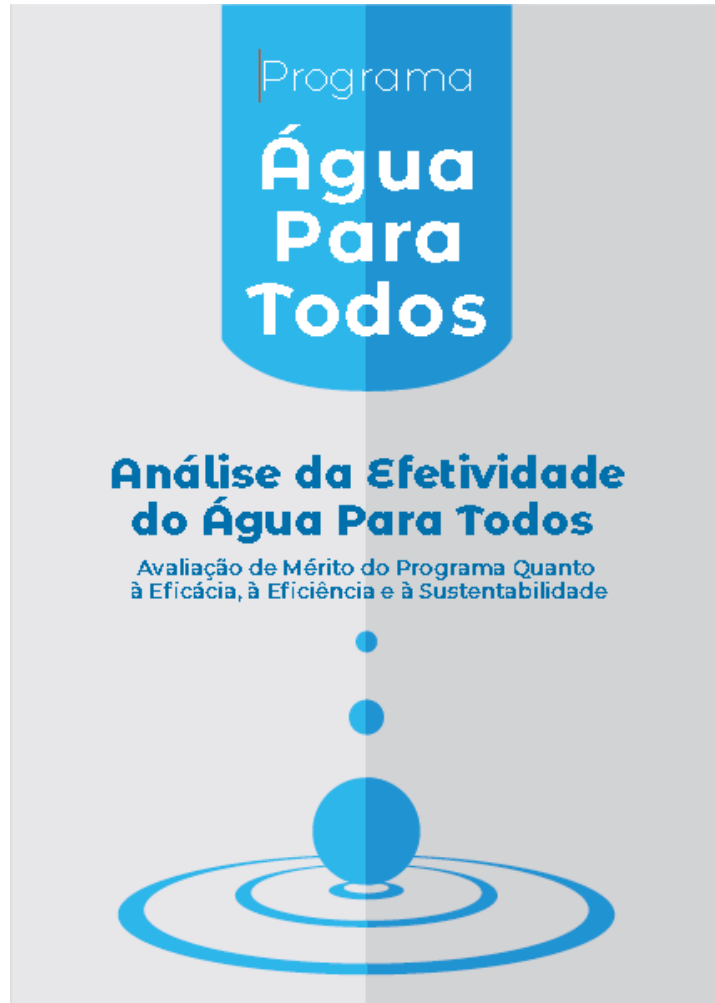
Eficácia de um programa ou projeto é um atributo relacionado ao grau de cumprimento dos objetivos do mesmo ou de atendimento da demanda motivadora do programa.

Eficiência está associado à qualidade e preocupação de como os recursos são utilizados na produção dos resultados do programa.

Efetividade ou Impacto diz respeito aos efeitos de médio e longo prazo sobre os beneficiários e sociedade – positivos ou não- direta ou indiretamente atribuíveis ao programa ou projeto.

Sustentabilidade refere-se à capacidade do programa ou projeto em gerar mudanças permanentes na realidade em que atuaram.

UM EXEMPLO DE APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DAC: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS



Tal como na Ciência, Avaliação de Políticas Públicas requer compromissos éticos

- Avaliações não são neutras, tal como o desenho das Políticas
- A perspectiva avaliativa, as questões a serem avaliadas, os métodos e indicadores escolhidos revelam visões de mundo, concepções de Estado e de natureza de Políticas Públicas
- Assim, os resultados de avaliações dependem dos valores ou critérios orientadores do processo !!
- É, pois, necessário explicitar esses valores e garantir Avaliações com compromissos éticos republicanos....

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PERSPECTIVA SISTÊMICA E HUMANISTA



Paulo Jannuzzi
2021